

CAPÍTULO 2

O ESPAÇO PÚBLICO: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?



Se essa rua
Se essa rua fosse minha
Eu mandava
Eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas de brilhante
Para o meu
Para o meu amor passar

Nessa rua
Nessa rua tem um bosque
Que se chama
Que se chama solidão
Dentro dele
Dentro dele mora um anjo
Que roubou
Que roubou meu coração

Se eu roubei
Se eu roubei teu coração
Tu roubaste
Tu roubaste o meu também
Se eu roubei
Se eu roubei teu coração
É porque
É porque te quero bem

(Mario Lago e Roberto Martins)

A cantiga “Se essa rua fosse minha” de Mario Lago e Roberto Martins retrata uma típica relação entre o homem e o espaço público, trazendo em si alguns pressupostos a serem discutidos nesse capítulo. Por meio do “eu lírico”, os compositores utilizam um espaço público (a rua) para expressar seus desejos, dentre eles, o da apropriação, tanto formal, “o direito de ir e vir”, quanto o de privatização “se essa rua fosse minha”; há uma forte presença da sociabilidade, no caso, um romance.

Num sentido semelhante, o artista plástico Jorge Selarón, por achar pouco atraente a rua lindeira a sua casa, optou por “ladrihá-la”, produzindo um imenso mosaico, expressando no espaço público (conhecido como escadaria Selarón⁵) alguns de seus desejos. Nesse contexto, fica evidente a função simbólica, funcional e social do espaço público, revelando-o como uma temática complexa (significados, apropriação, direito de ir e vir etc.), na qual, permeia distintas reflexões teóricas.

É interessante compreender o espaço público além de sua estrutura física, analisando sua usabilidade e ociosidade, assim como: “[...] seus potenciais de acesso para a realização de funções diversas da própria vida urbana, pois ocorre, nos espaços públicos, uma multiplicidade de manifestações de ser e estar que se expressam no espaço urbano em escalas diferenciadas” (LOBODA, 2008, p.7-8).

No presente capítulo, temos como objetivo compreender o debate teórico acerca do espaço público por meio da abordagem interdisciplinar. Nesse contexto discutimos o espaço público, fazendo os seguintes questionamentos: O que é o espaço público? A quem ele pertence? Como é e/ou foi utilizado? Quais são as características desejadas para um bom espaço público?

2.1 O espaço público e suas distintas dimensões.

Uma cidade enquanto território é composta por inúmeras e distintas frações territoriais, pertencentes ao domínio público e privado. Em termos percentuais, segundo Bastos (1999) cerca de 35% de sua área urbana pertencente ao domínio público, fracionado em sistema viário 20%, áreas verdes, 10% e áreas institucionais 5%. Demais parcela, (65%) são terrenos de dominialidade privada. Recorrentemente, a cidade é vista como um espaço público, tanto pela

⁵ Na capa do capítulo 2, a Escadaria Selarón. Na verdade, a citada obra trata-se de uma rua escalonada de forma a vencer o forte desnível local. A escadaria (Rua Manuel Carneiro), situa no Bairro Santa Tereza.RJ. Fonte: Adaptado de: < <https://bit.ly/2SqVUcn>>. Acesso em fevereiro de 2019.

quantidade de espaços públicos nela presente, bem como, a aplicação de recursos públicos em sua feitura e manutenção.

Segundo Ascher (1995), em documento administrativo, a terminologia espaço público foi citada pela primeira vez em 1977, sendo direcionado, não somente a ruas, praças e espaços verdes, mas também a mobiliários urbanos. Devendo ser de uso coletivo e pertencente ao poder público.

Ao se falar de espaço público, logo se pensa em espaços abertos, parques e praças, permeando a sensação de acessibilidade, a qualquer horário e sem a necessidade de solicitar permissão para adentrar. A cidade contempla distintos espaços públicos como: áreas verdes, edifícios institucionais, ruas, calçadas e fundos de vales.

Nesse sentido, Brandão (2008) apresenta quinze tipologias de espaço público estruturada em seis grupos característicos, sendo eles: traçados; paisagem; deslocação; memória; economia e espaço gerado. Cada espaço apresenta suas especificidades, conforme quadro 6.

Quadro 6: Tipologias de Espaço Público.

Espaços - traçado	Encontro	Largos, praças
	Circulação	Ruas, avenidas
Espaços - paisagem	Lazer - natureza	Jardins, parques
	Contemplação	Miradouros, panoramas
Espaços - deslocação	Transporte	Estações, paragens, interfaces
	Canal	Vias-férreas, autoestradas
	Estacionamento	Parking, silos
Espaços memória	Saudade	Cemitérios
	Arqueologia	Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	Espaços monumentais
Espaços comerciais	Semi-interiores	Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semiexteriores	Mercado levante, quiosques, toldos
Espaços gerados	Por edifícios	Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: (BRANDÃO, 2008, p.19).

Ainda o espaço público, segundo Mora (2009) pode ser classificado como tradicionais e contemporâneos. Tradicionais: praças, parques, vias e fontes de águas; contemporâneos: Espaço público interior (edifícios públicos) e informais (escadarias, estacionamentos etc.).

Conforme exposto por Brandão (2009) e Mora (2009), diversos são os espaços públicos na qual, cada um apresenta suas particularidades, nesse sentido, para Narciso (2009), o espaço público atualmente é objeto de discussão referente às diversas e distintas ciências, gerando novas abordagens. Para os autores, os estudos acerca do espaço público são diversos, podendo

ser: estrutura, função, projeto, caráter semântico, econômico, social, entre outros. Os autores alertam para a polissemia dos significados e dimensões indissociáveis. Dessa forma, evidenciando seu caráter inter e multidisciplinar.

No mesmo sentido, Dias e Esteves Junior (2017, p. 636) defendem a cidade e os espaços públicos, como uma realidade plurifacetada, envolvendo diversos agentes, atores, elementos e perspectivas interdisciplinares. Assim, “A cidade é uma realidade plural e multifacetada, um fenômeno polifônico e polissêmico, um espaço povoado por uma multiplicidade de imagens, cores, sons, linguagens e informações, do qual emerge a diversidade”, dessa forma “[...] Tal complexidade demanda do planejamento urbano uma interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento, que analisam a cidade a partir de perspectivas geográficas, políticas, históricas, antropológicas, sociais, culturais e artísticas”.

Devido à complexidade envolvendo o espaço público, havendo fatores socioculturais, ambientais e econômicos, distintas são as preposições acerca da temática, envolvendo diversas disciplinas técnicas e interdisciplinares. Assim, vamos conceituar e definir espaço público sob a ótica de importantes teóricos dos mais distintos campos do conhecimento.

Para tanto, inicialmente, de forma a expor a relevância e protagonismo do espaço público, lançamos o questionamento feito por Calliari (2016, p.27) “[...] Afinal, o que há de tão importante nesse tipo de espaço que o torna parte de nossa própria identidade.”?

Nesse sentido, levando em consideração haver uma gama de conceitos, classificamos e agrupamos os de acordo com a ideia central de cada autor, sendo classificado nas seguintes dimensões: **o espaço público, a imagem da cidade; espaço público simbólico, identitário e histórico; espaço público da socialização e comunicação; espaço público da ação política, liberdade e democracia; espaço público político-jurídico; espaço público plurifacetado; e para finalizar a simbiose entre homem e espaço público.** É importante destacar que um mesmo autor, em determinadas situações apresenta distintos conceitos para o espaço público urbano.

De forma ao apresentarmos a polissemia do espaço público, iniciamos por compreender sua relação com a cidade. Para alguns autores, os espaços públicos fundem-se à própria cidade, considerando a cidade como um espaço público. Nas palavras de Borja e Muxí (2000, p.15), “O espaço público é a cidade e a história da cidade é a do seu espaço público”. No mesmo sentido, Ré (2017) considera a história do espaço público como a história da própria cidade, visto que a urbe é considerada a maior e mais complexa produção cultural humana.

[...]. A história das praças, muitas vezes, se confunde com a da própria cidade porque é um lugar que representa a vida cotidiana da população. [...] A praça,

em especial nas pequenas cidades, é uma das principais referências de centralidade urbana, congregando, em seus arredores, o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária (RÉ, 2017, p. 16).

Nesse sentido, Indovina (2002, p. 119) afirma o espaço público ser a própria cidade “O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a própria cidade”. Corroborando com Indovina, Innerarity (2008, p. 18) destaca que “a ideia do espaço público está intimamente associada à realidade da cidade aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização”, assim, “[...] a cidade é o lugar por excelência de afirmação do espaço público é validada pela história do pensamento político”.

A relação indissociável entre espaço público e cidade é citada por Rolnik (2004, p.20), “[...] mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém”. Na mesma direção, Tonucci Filho (2015) conceitua as diversas formas de utilização da cidade, enfatizando o espaço público como elemento potencial,

[...] Socialmente produzida, a cidade é diferente de todos os demais produtos: o que lhe dá especificidade é o primado do valor de uso sobre o valor de troca. Como se usa a cidade? Através das suas ruas, quarteirões, monumentos e espaços públicos, através da festa, momento de consumo improdutivo de energias e recursos em favor somente do prestígio e do prazer. Para Lefebvre, não pode haver cidade sem centralidades, sem um centro dinâmico repleto de urbanidade, momentos vividos, espaços públicos vibrantes, encontros encantadores e surpresas a cada esquina (TONUCCI FILHO, 2015, p. 03). Grifo nosso.

Assim sendo, espaço público e cidade passam a ser vistos como elementos indissociáveis, formando um sistema contínuo, desta forma “[...] a cidade é hoje considerada, cada vez mais, como um sistema [...] os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas [...]” Brandão e Remesar, (2003, p. 24). Corroborando com os autores, Borja (2003, p.29) afirma que “a cidade no seu conjunto merece a consideração do espaço público”.

Diante disso, para Santos (2008, p.1), “o espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana é onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade”. Assim sendo, o autor citado evidencia a importância da socialização urbana sendo este “um reflexo da sociedade e um retrato da cidade”.

Dessa forma, entende-se que a imagem do espaço público assemelha a imagem da cidade. Assim, um espaço público vital representa uma cidade vibrante, da mesma forma, que

um espaço público abandonado e degradado, representa uma cidade semelhante, com fortes retrações.

Nesse mesmo sentido, Graça (2007, p. 2) pontua que a representatividade da cidade ocorre a partir do espaço público. Para o autor, o espaço público expressa as forças que habitam a cidade fazendo visível e representativa a sociedade. O espaço público “[...] é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade”.

Para Daroda (2012, p. 17), a conjuntura entre cidade e espaço público torna-se indissociável não somente à cidade, mas também a outros integrantes urbanísticos, como “a arquitetura e a natureza, as ruas, praças, parques etc”, formando assim “uma parte real da imagem da cidade”. Assim, para o autor “o ambiente construído público no espaço urbano é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; e parte da identidade e da imagem urbana”.

Dessa forma, entende-se que os espaços públicos devem ser harmônicos e estruturantes à cidade. Assim sendo, Bortolo (2013) complementa, afirmando a relevância da morfologia urbana para a compreensão do espaço público, visto ser o espaço público estruturante a cidade, parques, praças exercendo centralidades em algumas ocasiões, além de funcionarem como áreas ambientais.

Nesse sentido, Lillebye (2001, p. 5) destaca que “as ruas funcionam no plano da cidade como o esqueleto que suporta a restante estrutura urbana”. Surge a imagem da “rua corredor”, organizando espaços públicos e privados (BENEVOLO; MELOGRANI; LONGO, 1980, p. 11).

Assim sendo, para Brandão (2008, p.18), “o espaço público é fundador da forma urbana, sendo o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem colectivo da comunidade”.

Para Montaner e Dias (2017, p. 1) foi nas “culturas mediterrâneas que sempre teve grande destaque o carácter público do espaço urbano”. O autor apresenta as cidades italianas, percussoras ao afirmarem que “[...] no final do século 18, [...] registrou a forma como os italianos defendiam o direito ao uso público de todos os espaços abertos da cidade”. Dentre os elementos podemos destacar os “pórticos, entradas, galerias, pátios, claustros, escadarias e interiores de igrejas estavam sempre ocupados”.

Já Agostinho (2008, p.37), em sua pesquisa de doutorado, destaca a existência de uma relação histórica entre espaço público, cidade e cidadania, pois “a origem do espaço público está ligada por laços históricos aos fenômenos da cidade e da cidadania, estes vínculos a muito

estabelecido foram cerzidos pela prática cotidiana do sujeito-cidadão que lhes deu sentido". O espaço público estabelece grande relação na construção da cidadania (cidades justas e solidárias). Se considerarmos que

[...] a consolidação da democracia eleitoral não garante por si só ou não é suficiente para a construção de uma sociedade justa e solidária, destaco a importância da existência de espaços públicos na cidade contemporânea como uma das condições para o exercício da cidadania e para a construção de cidades baseadas na justiça social e na solidariedade, pois nos espaços públicos urbanos as várias dimensões do caráter de ser público encontram as condições plenas para o seu desenvolvimento (AGOSTINHO, 2008, p. 17).

Destarte considerando o espaço público como acesso às cidades justas. Para Agostinho (2008), o direito à cidade é proporcional à existência de espaço público. Diante disso, parte da “hipótese de que o direito à cidade fica seriamente comprometido sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente” assim, esses espaços públicos “se esvaziam com a perda dos direitos à cidade pela minoria da população” (AGOSTINHO, 2008, p. 17)

Agostinho (2008, p.39) vê o espaço público como local privilegiado a vivencia e ação coletiva em prol da busca a cidadania: Assim, a “idéia de cidadania, ou seja, a qualidade ou a condição de ser cidadão está ligada à condição de viver nas cidades [...]. Isso “significou para os habitantes da cidade um aprendizado para a vida coletiva”. O autor destaca que o lugar privilegiado para se “viver e agir coletivamente na cidade se manifesta no espaço público”.

Porém, a definição direito à cidade surgiu em Paris em 1968, por meio do sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, posteriormente nas obras do geógrafo David Harvey, ambos da escolástica marxista. Para Lefebvre (2008, p.139), o direito à vida urbana passa a ser uma relação de troca, do mercado e da mercadoria. Assim “[...] o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.)”.

Para Loboda, (2008, p.1), o espaço público é importante elemento de caráter lúdico na conscientização social, “[...] num momento em que a sociedade clama por direito à cidade, procuramos enfatizar que lugares do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma noção de espaço público enquanto lugares de sociabilidade urbana”.

Aqui é importante destacar que o conceito “direito a cidade” idealiza o acesso da sociedade a equipamentos e serviços públicos essenciais, como: saúde, educação, saneamento, lazer entre outros. Tal fato faz com que o cidadão sinta-se pertencer/fazer parte do local/cidade, assim sendo, o espaço público é um importante elo entre a sociedade e o direito a cidade.

Mesmo o espaço público sendo considerado o espaço mais característico acerca do “direito à cidade”, ainda nas primeiras décadas do século XXI tal fato ainda é contestado por Milton Santos (2007). O autor questiona o “direito ao entorno – Espaço do cidadão”, recorrentemente presente em livros e discursos oficiais, no entanto, distante da realidade. O direito à cidade, ao entorno, tem sido tratado de forma superficial, não considerando-os a partir de suas raízes.

Mesmo presente em políticas públicas e nos discursos contemporâneos, Santos (2007, p. 64) questiona: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados.” Consequentemente, “Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds [...]” nesse contexto, o espaço público torna-se um palco comercial “[...] Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais”.

O direito ao entorno é mais abrangente, para Santos (2007, p.64) a invasão de privacidade ocasionada pela verticalização, a poluição e degradação ambiental, juntamente com ineficiência do poder público, tem proporcionado “[...] um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”. Dessa forma, a contemporaneidade tem revelado “[...] que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos”.

Sendo visto como importante elemento no direito à cidade e ao entorno, o espaço público, nas palavras de Milton Santos (2007) tem se mostrado ainda ineficiente, alijando bens e importantes espaços públicos da sociedade, ou dos menos favorecidos.

Nesse contexto, fica evidente a relação entre espaço público e cidade, não somente em meio físico, mas também em meio simbólico. O espaço público torna-se simbólico quanto à: cidade; o direito à cidade e ao entorno; a representatividade social urbana; ao mesmo tempo apresenta-se como identitário (expressa a identidade de um povo, ou de seu idealizador) e histórico (memorando personagens e acontecimentos significativos).

Na produção dos espaços públicos, busca-se atribuir uma expressiva demarcação simbólica. Para Bortolo (2013, p. 53), os espaços públicos recentes expressam a produção cultural de um determinado momento: “[...] cada indivíduo e grupo identificam o espaço público de uma dada maneira, o que significa que o desenho urbano e, por conseguinte, o desenho de alguns espaços públicos é forma palpável dos movimentos e ações coletivas”.

O espaço público é fortemente identificado devido a sua função social e atividades desenvolvidas. Para Narciso (2009, p. 268), o espaço público é “[...] uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade”.

No mesmo sentido, para Serpa (2011, p.9) cada indivíduo percebe o espaço de forma distinta, “[...] visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

Para Neves (2013), o espaço público além de simbólico é identitário, resultado de uma produção cultural. Para arquitetura, o espaço produzido expressa características de quem o produziu e de sua era, muitas vezes sendo considerado como singular, pertencente a um indivíduo, grupo de pessoas ou localidade. Assim,

[...] a arquitectura começa por produzir um lugar, um espaço como propriamente humano, socializado e apropriado pelo homem, [...] correspondendo a uma materialização da sociedade. [...] O espaço exprime a identidade da sociedade, o seu sentido simbólico e as suas práticas de permanência e transitoriedade. O objecto da arquitectura é então a própria sociedade, é a arte de construir o nosso lugar no mundo e de o marcar como nosso (NEVES, 2013, p.7).

Constantemente o espaço público é ligado à memória, nesse sentido o espaço organizado pelo homem é capaz de dizer sobre sua época. Para Santos (1985, p.21), o espaço “sintetiza de um lado a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que apresentam na atualidade”. O autor destaca ainda que: “[...] a noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempos”.

Nesse contexto, o espaço público associa espaço e tempo, descreve as diferentes produções culturais ao longo da história, “[...] aquelas imagens que vão se materializando [...], estão na verdade ancoradas tanto no tempo como no espaço” (ABREU, 1998, p.82), para o autor tempo e espaço incide conjuntamente no histórico local, levando ao “[...] extremo a metamorfose do tempo em espaço”. Assim, o espaço público é importante elemento na preservação e transmissão da memória.

Para Agostinho (2008, p.16), o espaço público é importante elemento atuante na preservação da memória coletiva e integração à cultura contemporânea, desse modo: "construir preservando, a cidade nova surge sem eliminar o antigo, incorporando-o como parte do presente, condição para a cidade com memória. Construir o privado sem eliminar o público".

No espaço público, a memória se faz presente muitas vezes por meio de sua nomenclatura, com exemplo, podemos citar: Praça Getúlio Vargas e Avenida Raposo Tavares, nas quais por meio de seus nomes, sempre estaremos memorando o ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas e o bandeirante Raposo Tavares. A memória também se faz presente por meio de monumentos como o pelourinho que tão logo remete à escravidão. De forma mais complexa, a memória pode ser resgatada em espaços públicos memoriais, sendo o Memorial da América Latina em São Paulo, um exemplo icônico na representação da salvaguarda da velha América Latina, sua origem e seus libertadores.

Dessa forma, o espaço público e atividades nele desenvolvidas, como “[...] a arte “dança, música, arquitetura, escultura, gravura, etc.” são responsáveis por contar a história da humanidade” (FRANCISCON, MARQUES e AZUMA, 2017, p.104), sendo importante elemento na coexistência entre passado, presente e futuro. Além do mais, a mesma coexistência também é sociocultural.

O espaço público é visto como propício a socialização e comunicação humana, funcionando como intermediador/palco, proporcionando trocas culturais diversas. Agostinho (2008) define espaço público, como lugar de permuta, encontros e vivência diversificada, permitindo “[...] que os indivíduos se reúnam” (CHOAY, 1979, p. 290). No mesmo sentido, além de socializador, é visto por Gehl e Gemzoe (2000, p.7), como ferramenta agenciadora aos encontros “A cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros”. Nesse sentido, para Carmona et al. (2003, p.114) evidenciam que os espaços públicos facilitam a interação sociocultural, sendo “[...] spaces that support, enable or facilitate social and cultural interaction and public life⁶”.

Nesse sentido, para Lopes (1999, p.20), o espaço público assume caráter coletivo, socializador e democrático, sendo: “lugares de vida e de sociabilização, e que, uma vez abertos a todos, representam áreas de liberdade e de democracia”. Assim, o espaço público é socializador, em ocasiões banais e esporádicas, sendo considerado território coletivo que une a sociedade por meio de atividades funcionais e rituais “[...] public space as the common ground where people carry out the functional and ritual activities that bind a community, whether in the normal routines of daily life or in periodic festivities⁷” conforme afirmam Carr et al., (1992, p. 11).

⁶ É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro cotidiano e da troca. (Tradução nossa).

⁷ Espaço público coletivo onde as pessoas realizam as atividades funcionais e rituais que unem uma comunidade, seja nas rotinas normais da vida cotidiana ou nas festividades periódicas. (Tradução nossa).

A socialização ocorrida no espaço público vai muito além de uma simples conversação, torna-se uma oportunidade para encontros e intercâmbios de coexistência culturais, na qual, “Es que el espacio público es el espacio de representación colectiva, de la vida comunicaria, del encuentro y dei intercambio cotidianos”⁸, conforme destaca (BORJA, 2003, p.176).

Considerando o espaço público e a cidade como locais de coexistência cultural, Innerarity (2008, p.18) explica que “[...] Desde Simmel e Bahrtdt até Sennett, a cidade é concebida como o lugar onde puderam conviver diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo, onde se desenvolveu o intercâmbio mais produtivo que conhecemos até hoje”. A coexistência cultural faz do espaço público contemporâneo uma localidade cosmopolita com experiências distintas para as cidades e espaços públicos: “[...] suscita o deslocamento dos homens e os expõe à coexistência e à novidade. Na polifonia da cidade, os seres humanos adquiriram a experiência da diversidade que hoje possuem”. Por fim, Gomes (2002, p.37) pontua ser o espaço público um elemento essencial á compreensão da vida antrópica “dimensão essencial do espaço na compreensão da vida social”.

O espaço público é agenciador da comunicação, funcionando como um noticiário ao ar livre. De acordo com Sennet (2003, p. 48), no espaço público também é possível a obtenção de informações “transitando entre diversos grupos podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar ideias sobre os mais variados assuntos”. Para Arendt (2004, p.67), ouvir e ser ouvido é o significado da vida pública, “ser visto e ouvido por todos é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É o significado da vida pública”.

Enquanto Giddens (2008, p.482) debate a importância da livre transmissão de ideias num espaço público, “[...] assentam em convicções importantes sobre o valor de um espaço público sem restrições, onde as ideias podem ser partilhadas e debatidas”. O espaço público torna-se palco para a ação política, liberdade de expressão e livre democracia, desde que respeite os códigos morais e éticos brasileiros, sendo considerado o espaço das reivindicações, do protesto, da revanche.

Dessa forma, entende-se que o espaço público facilita a disseminação das mais distintas informações, ligadas: ao futebol, à religião, à ciências, à tecnologia, à telenovela, à política, à culinária, entre outros. Ainda, a disseminação de informações pode ocorrer por meio de outdoors e panfletos. As informações obtidas no espaço público podem favorecer o indivíduo

⁸ É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro e da troca cotidiana. (Tradução nossa).

no singular ou na coletividade (toda sociedade), assim, muitas vezes adquirindo um caráter político.

Segundo Serpa (2011), o espaço público é entendido como o espaço da ação política na contemporaneidade, no qual se manifesta diferentes ideias de cultura e de sujeitos. Complementando as ideias expostas por Serpa (2011), Castro (2002, p.141) enaltece o espaço público como palco de ação, classificando-o em duas dimensões “[...] a dimensão da publicidade, isto é da possibilidade de ver e ser visto, de falar e ouvir, e a dimensão da política, isto é, das condições de agir”.

Quanto ao direito de ação e manifestações no espaço público, Borja e Muxí (2003, p.08) destacam que o “[...] lugar de expresión através de la fiesta de las diferencias y de las elecciones, como los desfiles del día del orgullo gay que toman las calles de Nueva York y San Francisco entre outras o la expresión popular de los carnavales de Rio de Janeiro o Venecia”⁹. Assim, o autor pontua que as festas, as reivindicações e os protestos são alguns exemplos de manifestações que ocorrem no espaço público.

Dessa forma, o espaço público torna-se intermediador da ação política em prol da sociedade, Brum et al (2013) destacam que os espaços públicos caracterizam-se como importante ligação entre sociedade e o poder público, sendo essencial para realização de eventos de cunho histórico e social. Nesse contexto, para conforme Costa (2015, p.17), o espaço público é vital para a cidade, assim “O espaço público é observado enquanto palco de diversas manifestações de actividade humana e de interacção cívica, emergindo enquanto artéria vital de comunicação e agregação de relações sociais”.

O espaço público é o agenciador da vida pública, nele a sociedade passa a ter papel ativo por meio da esfera pública. Para Habermas (2003, p.92), a sociedade pode tornar público os interesses particulares. Assim, o espaço público caracteriza-se como, “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”.

Desse modo, o espaço público torna-se elemento vital no poderio de comunicação, interação cívica, recebendo grande importância, denominado por Solá-Morales (2002), como espaço intercessor entre sociedade, território e política. Nesse contexto, o espaço público assume uma dimensão política jurídica (a serventia de todos, ao mesmo tempo regrado).

⁹ [...] lugar de expressão através da festa e diferentes escolhas, como os desfiles do dia do orgulho gay que tomam as ruas de Nova York e São Francisco entre outras ou a expressão popular dos carnavais do Rio de Janeiro ou Veneza. (Tradução nossa).

Para Castro (2002, p. 54), o conceito de espaço público vai além de “uma determinação político-jurídica”, o espaço público é “um produto do uso social”. Segundo a autora “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso”. Diante disso, entendemos que a ideia de público determina-se pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto, restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55). Diante disso, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns.

Diante disso, Chapman (2006, p. 388) reforça a ideia de feitura e manutenção do espaço público a ser feita pelo governo, bem como o direito de livre acesso a todos os munícipes, para ele o “Public space has many different meanings but usually is thought of as a place that is created and maintained by a government entity for the benefit of the community and that ideally can be used regardless of one’s economic or social condition¹⁰”.

Dessa forma, nas palavras de Chapman (2006) entende-se que o espaço público possui muitos significados diferentes, assim, surgindo conceitos plurifacetados. O espaço público plurifacetado objetiva dissertar pensamentos complexos acerca do espaço público, utilizando conceitos inter, trans e multidisciplinares. Correa (2004) considera o espaço urbano multi-característico em sua feitura e utilização, sendo: fragmentado, articulado, simbólico, excludente/includente, palco de lutas.

Enquanto para Brandão (2008), o espaço público é a própria cidade, facilmente reconhecido, acessível, mas regado, sendo o espaço,

[...] fundador da forma urbana, o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem colectivo da comunidade. Podendo em última análise, ser ou não de propriedade pública (e mesmo podendo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceito. Ou, que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente (BRANDÃO 2008, p.18).

Nesse caso, Indovina (2002) cita diversas características identitárias a um espaço público, relacionadas à dominialidade, acessibilidade, tempo e forma de uso pois,

Tendo em conta que se faz referência ao espaço de uso público, podem-se considerar, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e

¹⁰ O espaço público tem muitos significados diferentes, mas geralmente é pensado como um lugar que é criado e mantido por uma entidade governamental para o benefício da comunidade podendo ser usado independentemente da condição econômica ou social. (Tradução nossa).

privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; o pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar, não falar; fotografar, não fotografar; com animais, sem animais, etc.). Cruzando estes parâmetros, podemos obter uma gradação dos espaços em razão da sua “publicidade”. Assim, se associarmos à característica pública a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público (INDOVINA, 2002, p. 120).

Para Calliari (2016, p. 27), o espaço público vai muito além de vazios urbanos, “[...] estamos falando dos lugares de encontro, de comércio, de troca, de lazer, de circulação, de relaxamento”. O espaço público torna-se palco de manifestações e convivências. Também constitui num espaço de manifestações cidadã e política. “[...] por outro lado, esses espaços também ajudam a estimular o comportamento de troca, numa via de mão dupla”. Para a compreensão da relação entre sociedade e espaço público, o autor explica que devem ser levados em conta fatores históricos, sociológicos e sensoriais.

Dessa forma, espaço público e sociedade exercem transformações bilaterais, por isso: o homem pode criar e moldar o espaço, e este, impactar culturalmente o homem, (CARMONA et al. 2003). Assim, Borja (2003) pontua que os espaços públicos e sociedade caminham juntos, à medida que um evolui e aumenta sua complexidade, o outro segue o mesmo caminho.

A mutação do espaço público e sociedade são destacados por Cassab (2010, p.85), “[...] é a forma e a vida que a anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade. Não existe espaço sem homem”. É nesta direção que Barbosa (2014, p. 2) enfatiza que “[...] à medida que a sociedade muda, muda também o desenho da cidade e concretamente do Espaço Público Urbano [...] pois é à medida que as mudanças urbanas ou revoluções urbanas se instalam que os Espaços Públicos Urbanos perdem ou ganham importância”.

Assim, devido à coexistência cultural, as atividades desenvolvidas nos espaços públicos são inúmeras e distintas, muitas vezes formando um mosaico contendo diferentes formas e funções. Para Vieira (2010, p.14), “[...] No ambiente urbano, diferentes formas de espaço público, sugerem diversas utilizações e apresentam diferentes características espaciais”. No espaço público urbano a sociedade se constrói e nele é representada, segundo Innerarity, (2010, p. 108). “[...] O ambiente urbano não só reflecte a ordem social como constitui, na realidade, grande parte da existência social e cultural. A sociedade é tanto construída como representada pelas construções e pelos espaços que cria” .

Para Gomes (2002, p.172), o espaço público é um “conjunto indissociável das formas com as práticas sociais”. Nesse sentido, Serpa (2011, p.15) complementa que “[...] forma e

conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são auto condicionantes, auto-referentes e historicamente determinados”.

Enquanto que para Daroda (2012, p.34), os espaços públicos são moldados a partir de sua usabilidade e função, “[...] refletem as transformações decorrentes das novas funções geradas por processos sociais, políticos e econômicos, as novas funções, geradas por tais processos, determinam novas formas de vivenciar o espaço urbano”.

Nesse contexto, fica evidente a relação entre forma e função, corroborando com a célebre frase do arquiteto estadunidense Louis Sullivan: a “forma sempre segue a função”, é a lei “it is the pervading law of all things organic and inorganic, of all things physical and metaphysical, of all things human and all things superhuman, of all true manifestations [...] in its expression, **that form ever follows function**. This is the law¹¹ (SULLIVAN, 1896, p. 5), grifo nosso.

Nas palavras de Sullivan (1896), não há como conceber um espaço, seja ele público ou privado, sem levar em considerações o usuário, forma de utilização e serventia. Assim, para Cassab (2010, p.85) “[...] o espaço se constitui como a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais”.

Já, Gehl (2013, p. 13) fala da importância de produzir espaços humanizados, feito para pessoas e utilizadas por elas mesmas “[...] inicialmente nós moldamos as cidades depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas”. No entanto, mesmo humanizando, nas palavras de Cassab (2010), o espaço ainda é contraditório e desigual, “apresentado como produto de um processo de relações sociais, o espaço torna-se humano não apenas porque o homem o habita, mas porque o produz – daí seu caráter social, sendo, no entanto, um produto desigual e contraditório assim como a sociedade que o produziu com seu trabalho (CASSAB. 2010, p. 85).

A capacidade do espaço, criado pelo homem, incidir e influenciar seu futuro, é destacado por Innerarity (2008, p.21), “Ao mesmo tempo, a cidade cria um espaço para a diferenciação dos estilos de vida, o que por sua vez é condição da força inovadora da sua cultura”. Concordando com Innerarity, Carmona et al (2010) disserta acerca das influências exercidas simultaneamente nos espaços públicos e sociedade,

[...] Space and society are clearly related: it is difficult to conceive of 'space' without social content and, equally, to conceive of society without a spatial

¹¹ É a lei que permeia todas as coisas orgânicas e inorgânicas, de todas as coisas físicas e metafísicas, de todas as coisas humanas e sobre-humanas, de todas as manifestações verdadeiras [...] em sua expressão, “essa forma sempre segue a função”. Essa é a lei. (Tradução nossa).

component. [...] the relationship is best conceived as a continuous two-way process in which people (and societies) create and modify spaces while at the same time being influenced by them in various ways¹² (CARMONA et al 2010, p.106).

Dessa forma, entendemos que ao produzir um espaço voltado a atividades esportivas, em breve teremos gerações de atletas, da mesma forma que ao produzir cidades universitárias, tendemos a impactar na formação acadêmica e científica, que posteriormente trará transformações culturais e estruturais na sociedade e no espaço.

De forma sintética, apresentamos um quadro resumo ilustrando os principais recortes conceituais acerca do espaço público e seus respectivos teóricos (Apêndice 13). Haja vista, as diferentes dimensões do espaço público, Agostinho (2008) questiona se seria possível existir cidades sem espaço público, sem modificar a noção de cidade; e se seria possível exercer a cidadania sem a presença dos mesmos? Para tais questionamentos, buscamos responder nos tópicos seguintes.

2.2 Diferentes funções do espaço público

De forma a compreender o espaço público e suas diferentes dimensões, torna-se necessário entender sua relação com a cidade e sociedade em diferentes períodos históricos. Os espaços públicos materializam as diferentes condições sociais, culturais, econômicas e ambientais vivenciadas pelo homem. Assim Calliari (2016, p. 27) entende que as cidades e os espaços públicos são “manifestação física da importância que essa sociedade atribuiu, ao longo de sua história, à convivência, ao encontro e ao ato de se manifestar”.

Destarte a compreender a relação entre sociedade e espaço público, apresentamos o apêndice 14, retratando a relação simbólica/funcional do espaço público nas principais civilizações ocidentais, iniciando no Egito Antigo (4.400 a.C.) até a cidade contemporânea.

Iniciamos uma discussão abordando como esse conceito foi estabelecido no decorrer da História, para tanto partimos da ideia de que a não existência de espaço público no Egito antigo e na Mesopotâmia é enganosa. De acordo com Ching, Jarzombek e Prakash (2016), é verdade que as primeiras cidades muradas não havia ruas, os deslocamentos urbanos eram feitos pelos telhados e alçapões em seus tetos planos, o que de forma alguma pode ser considerado espaço

¹² [...] Espaço e sociedade estão claramente relacionados: é difícil conceber o 'espaço' sem conteúdo social e, igualmente, conceber a sociedade sem um componente espacial. [...] a relação é melhor concebida como um processo contínuo bidirecional, no qual as pessoas (e sociedades) criam e modificam espaços e, ao mesmo tempo, são influenciados por elas de várias maneiras. (Tradução nossa).

público. No entanto, essas cidades não surgiram nos dois polos civilizacionais referidos, mas sim na Ásia Menor, apesar de não contar com uma civilização com um Estado importante pelos próximos milênios. Cidades sem espaço público são muito anteriores (quase cinco milênios) ao surgimento da civilização ao longo do Nilo, Tigre e Eufrates.

Egito e Mesopotâmia possuíam diversos espaços úteis para haver encontros públicos: das ruas que passaram a separar as casas, aos terrenos baldios (SHAW, 2015), o átrio dos templos - que contavam com várias atividades em seu interior; pistas de corridas; necrópoles; jardins, mercados ao estilo oriental (espaços abertos, cercados ou não por muros com diversas barracas e tendas de diferentes produtos e vendedores); espaços adjacentes aos grandes monumentos, etc. Diante disso, os autores Barjamovic e Ryholt (2016, p.159) mencionam o uso das tumbas como espaço público, especialmente a partir da 18ª Dinastia, com o surgimento de tumbas-capelas.

Assim sendo, as atividades públicas se fazem presentes nas cidades ancestrais egípcias e mesopotâmicas, havendo forte apelo religioso, comercial e segregação social. Foi na mesopotâmia no início da demarcação espacial entre público e privado, envolvendo política, cultura e religião, vindo a “[...] condicionar os modos de vida e conseqüentemente os espaços de interação do indivíduo com a própria cidade. Esta situação verifica-se na cidade da Babilônia (séc. VI a.C.), um dos principais exemplos, das primeiras preocupações do homem com o espaço”, conforme destaca Gomes (2009, p.14).

Nas civilizações meso-americanas, o espaço público é evidente e estruturante a cidade, facilmente identificado em praças e grandes eixos viários, as relações comerciais, e religiosas permaneceram, no entanto, o espaço público passa a receber em suas ruas atividades desportivas, como o chamado jogo de pelota¹³.

Na Grécia antiga o cidadão (exceto: mulheres, estrangeiros e escravos) gozavam do direito de participar da vida política urbana, explica Agostinho (2008). Nesse contexto, Mumford (1998, p. 179) vê possíveis perigos na sociedade democrática grega, pois trata-se de um sistema “praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta”.

Segundo Agostinho (2008), em período de paz, a política grega era fortalecida por meio da participação do cidadão grego, resultando num processo de tomada de decisão coletiva, tal

¹³ Esporte coletivo ritualístico disputado entre duas equipes coletivas, podendo demorar dias. O ritual culminava com a morte do capitão ou de toda a equipe derrotada. Fonte: DOMINGUES, Joelza Ester. **Jogo de bola mesoamericano**: o combate mortal. Blog: Ensinar História. 28 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2zEZu3s>>. Acesso em fevereiro de 2019.

evento ocorria em espaços públicos, no caso de Atenas, na ágora. Para Agostinho (2008, p. 37), “a ágora era o lugar onde os cidadãos exerciam o direito de participar da vida política da cidade. A sua configuração espacial era de uma grande praça onde aconteciam simultaneamente múltiplas atividades, num caos quase completo”.

Desta forma, Habermas (2003) explica que na polis grega havia uma forte valorização do espaço público contrapondo à privada. O aparato público representava a liberdade e continuidade, na contramão, o setor privado representava a transitoriedade e necessidade.

Em contraponto ao espaço público grego, os espaços públicos romanos perdem funcionalidade, conforme Sennet (2003, p.103), o autor afirma “reduzida a diversidade, o antigo centro de Roma passou a ser um lugar dedicado ao cerimonial, onde o poder vestia a indumentária e desempenhava os papéis pacificadores da pantomima”. Os espaços públicos centrais passam a ser um ambiente formal, no entanto, ainda sem vitalidade “com a expulsão dos negócios, do sexo clandestino e de outras atividades sem maiores compromissos, o velho centro urbano assumiu um aspecto formal, dignificado, porém sem vida” (SENNET, 2003, p.104).

Segundo Zimmermann (2018), a função social do espaço público no império árabe é distinta a sua utilização em cidades ocidentais, no entanto atividades sociais, morais e religiosas prevalecem, porém, vistos com necessidade de cumprir deveres. É interessante destacar que nesse período surgem as primeiras privatizações do espaço público. Criam-se caminhos íntimos e particulares de acesso a residências, esses denominados de *adarves*, explica o autor.

A Idade Média é marcada por um espaço público vital, Galender (1992) afirma predominar as atividades comerciais, por meio de mercados; atividades religiosas fortemente representadas pela Igreja Católica e os seus teatros medievais, além dos torneios esportivos. Para o autor, as praças medievais são idealizadas para o homem, em escala humana, “a praça é a expressão física da urbanização. As áreas vazias espalhadas entre os edifícios extremamente próximos são apropriadas para as atividades coletivas da cidade” (GALENDER, 1992, p.114).

Na esfera pública medieval ganha notoriedade a figura do senhor Feudal, na qual

[...] não é possível distinguir esfera pública e esfera privada usando critérios institucionais, mas os atributos da soberania do senhor feudal passam a ser chamados de públicos. Com isso a representatividade pública começa a ser relacionada aos atributos das pessoas: insígnias familiares, hábitos, gestos, retórica, ou seja, códigos de comportamento “nobre” (HABERMAS 1984, p. 20).

No Renascimento, o espaço público mantém sua vitalidade adquirindo uma imagem funcional identitária, “[...] Ela é entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um

vazio na estrutura urbana. Muito mais que o valor funcional, a praça readquire o valor político-social, além de seu valor simbólico e, principalmente, artístico” (SORIANO, 2006, p. 47). Também as atividades comerciais foram impulsionadas pelo renascimento científico e cultural.

Nas cidades colônias e no Brasil, os espaços públicos, em especial a praça, desempenham importante função nas relações públicas, o local mantém-se como elemento socializador, comercial e religioso, no entanto, pela primeira vez um espaço público aparece com conotação militar. Dessa forma, “[...] As praças no Brasil Colônia estavam, geralmente, associadas aos adros das igrejas ou de edificações como as sedes dos governos, servindo de reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de recreio, mercado, políticas e militares” (SORIANO 2006, p. 49).

Na cidade barroca do século XVIII, Sobarzo (2017, p.190) explica incidir influência do capitalismo sobre o público e o privado, na qual só participava da vida pública política, cidadãos dotados de propriedades e pessoas cultas. Dessa forma, a terminologia privado é definida positivamente “ao se referir as quem dispõe livremente de propriedade que funciona capitalisticamente e a quem pode participar da esfera pública”.

O capitalismo é um grande transformador do público e do privado, conforme explica Sobarzo (2017). Segundo o autor, no século XVIII, os principais pontos de convívio sociais eram ambientes fechados, como: cafés, teatros, lanchonetes, entre outros. Também havia os parques, frequentados por diferentes classes sociais, no entanto, existindo o chamado código de vestimenta, responsável pela identificação social do indivíduo.

Com a irrupção do capitalismo industrial na cidade do século XIX, houve segundo Sobarzo (2017) uma ruptura conceitual e cultural com relação ao público e privado. Houve mudanças sob três vertentes: o capitalismo industrial, o secularismo e o enfraquecimento da vida pública social.

O capitalismo industrial pressionou a privatização burguesa, levou a sociedade a ter medo com relação às incertezas; a elevada produção de vestuários fez com que houvesse uma disseminação de vestimentas semelhantes, assim perdendo a identidade de cada classe social e também poder esconder criminosos. O secularismo implicou nas vestimentas, pois houve uma perda de identidade entre as classes sociais, desta forma não se sabia quem era a pessoa oposta, tornando-se difícil interpretar quem era o outro. O público tornou-se um espaço de possíveis erros. Por fim, houve um declínio do público na convivência social. Por conseguinte, o espaço público torna-se imoral.

Segundo Sennet (2003, p.17), a agitação do mundo globalizado, juntamente com a presença do automóvel, tornou o espaço público um lugar de passagem. “[...] A tecnologia da

locomoção – dos automóveis as grandes rodovias – permitiu que as pessoas se deslocassem para áreas além da periferia. O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastemos dele”. Considerando o espaço público moderno como um não-lugar, Sobarzo (2017), pontua que:

[...] o espaço público moderno deve ser contextualizado como uma instância que possibilita o encontro das diferenças, mas sem cair numa idealização de uma sociabilidade intensa; pelo contrário, deve ser pensado num convívio civilizado nos parâmetros da sociedade moderna, que do ponto de vista político persegue a isonomia, embora seja socialmente desigual (SOBARZO 2017, p.195).

Na contemporaneidade, o espaço público é visto como o mais democrático, representativo e identitário da cidade. Dentre as atividades sociais ocorridas, podemos citar: direito político, integração entre pessoas, atividades culturais, ambientais, privatização do espaço público e publicização do espaço privado conforme destaca Castelnou (2007, p.127).

Vimos as diversas atividades sociais desenvolvidas nos espaços públicos ocidentais ao longo da história, no entanto torna-se importante conhecer o comportamento do espaço público brasileiro. Nesse sentido, Calliari (2016) elaborou um estudo acerca da utilização do espaço público na cidade de São Paulo a partir de 1554 até seu uso na cidade contemporânea, conforme Figura 4. No qual, identificamos distintos períodos históricos/funcionais do espaço público, iniciando pela boa convivência; passando pela segregação social; redução do espaço pedonal e conseqüentemente a política do carro-centrismo; abandono do espaço público em razão do espaço privado e a retomada do espaço público na cidade contemporânea.

Dessa forma, percebemos as diferentes funções sociais do espaço público, com períodos de maior e menor utilização. O espaço público iniciou-se sob a indiferença de seus idealizadores/frequentadores, tendo seu ápice no final do século XIX e início do século XX em decorrente da cidade burguesa. A inserção do automóvel no cenário urbano trouxe com ele o abandono do espaço público, resultando em lugares abandonados, depredados e propícios a diversas ações criminosas. De forma a fornecer entretenimento físico-intelectual ao homem, surgem os espaços privados de caráter público na segunda metade do século XX. Por fim, o século XXI é marcado pela retomada dos espaços públicos.

Figura 4: Infográfico - Diferentes ocupações sociais do espaço público paulistano ao longo de sua história

Fase	A comunidade	O conflito	A cidade burguesa	A cidade dos carros	A cidade dos muros	A cidade contemporânea
Período	1554 - 1867	1867-1889	1889-1930	1930-1966	1966-2002	2002 - 2016
Marco inicial	Fundação	São Paulo Railway	República	O plano de avenidas	O primeiro shopping center	O primeiro plano diretor do estatuto da cidade.
Apropriação do espaço público	Ricos e pobres no mesmo espaço; regras de convivência baseadas na sociedade patriarcal	A urbanidade – a convivência entre diferentes	Espaço para a fruição da elite; início da separação física entre classes sociais.	Separação física entre classes sociais; redução do espaço pedonal	Abandono gradual dos espaços públicos e do papel simbólico do centro; crescimento dos espaços privados de uso público	Megaeventos; retomada de praças e calçadas.
Locais emblemáticos	Átrio das igrejas	As ruas do triângulo	Anhangabaú; avenida São João	Centro novo; Ibirapuera	Calçadas e shopping centers	Avenida paulista; praça Roosevelt.
Atitude perante o espaço público	Desinteresse	Curiosidade	Fruição	Descaso	Medo	Retomada
Intensidade de uso						

Fonte: Calliari (2016) e Calliari (2017), adaptado pelo autor.

Mesmo diante de significantes mudanças funcionais do espaço público, a praça, o parque, a rua devem em sua função, manter por excelência a igualdade e acessibilidade, é o que diz (MACHADO, 2009, p.14):

A praça, espaço público por excelência, além de ser mantida pelo poder público, se constitui do espaço aberto, e pressupõe atender a população de forma pública e igualitária, sem muros e grades, por exemplo, assim, é possível a acessibilidade de qualquer pessoa a qualquer hora. Desde o nascimento das primeiras praças no mundo, até os dias atuais, esses lugares são sempre destinados a usos diversos e muitas vezes, contraditório, mas sempre voltado para a esfera de vida pública como o encontro de pessoas, palco de apresentações artísticas, local de festas, de comércio ambulante, de manifestações do estado e da sociedade, entre outras (MACHADO 2009, p.14).

Dessa forma, entendemos que o espaço público e a sociedade encontram-se em constante transformação, tanto em sua estrutura, quanto em sua forma e função. À medida que a sociedade muda, o espaço público muda, da mesma forma que transformações ocorridas no espaço público modifica os costumes da sociedade.

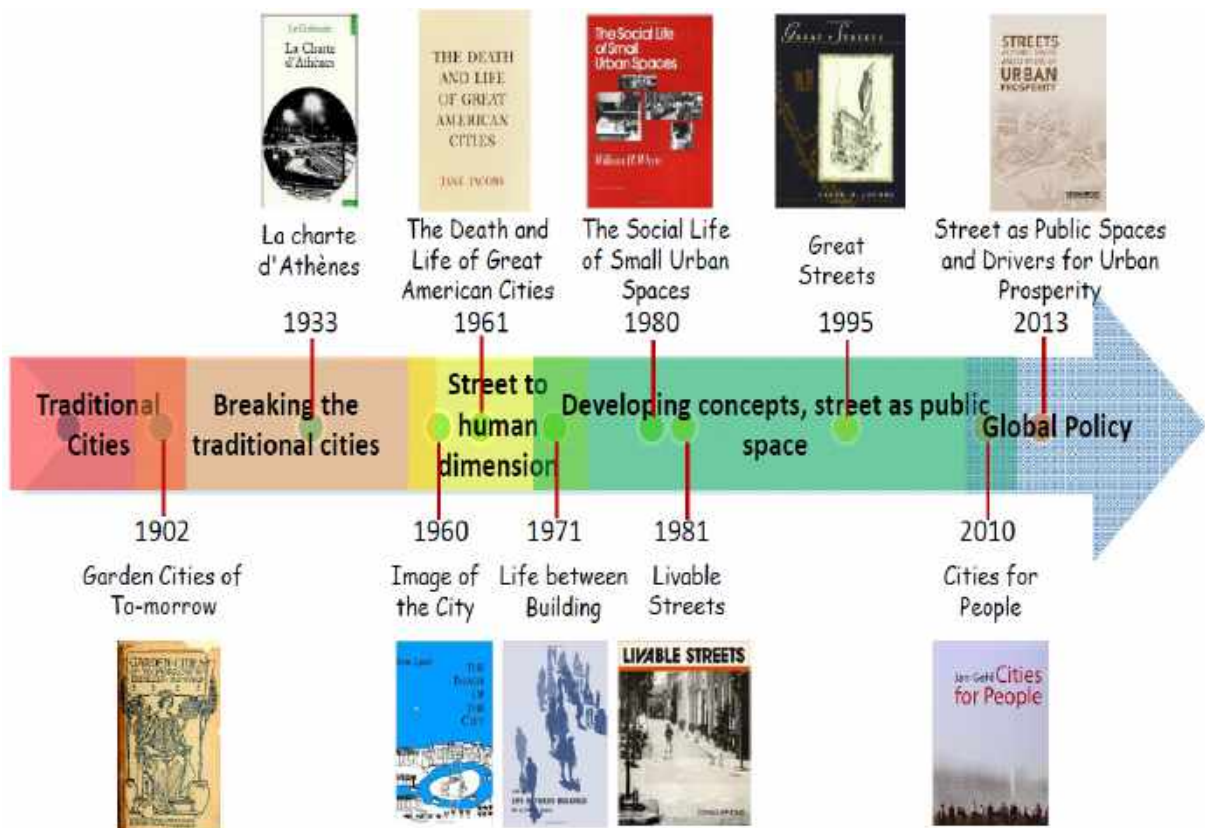
2.3 Espaço público Potencial

Espaço público e sociedade submetem-se ao dinamismo mutacional ao longo da história. Mesmo, sofrendo mudanças, o espaço público contempla atividades necessárias e opcionais, conforme figura 5. Tal infográfico ilustra a vida urbana exercida no espaço público entre os anos de 1880 a 2005. Notamos o declínio das atividades necessárias (caminhar, conversar) ao longo do século XX, atingindo um limite estável a partir de 1970, muito influenciado pela popularização do automóvel e do urbanismo progressista¹⁴.

¹⁴ No Brasil, o Urbanismo Progressista é autenticamente representado por Brasília-DF. Idealizada por Lucio Costa (urbanismo) e Oscar Niemeyer (principais edifícios simbólicos), incorporando em seu projeto características do Urbanismo Progressista idealizado por Tony Garnier, Walter Gropius e Le Corbusier. O urbanismo progressista considera a cidade com uma máquina de morar, desconsiderando os anseios culturais de seus habitantes. “O resultado, consiste em uma cidade rígida e mecanicista, sendo que em muitas delas permeia o ideal do carro-centrismo, ou seja, a cidade idealizada para o fluxo de automóveis”. Franciscon (2018, p. 485). In FRANCISCON, Anderson. Sustentabilidade urbana, um enfoque interdisciplinar: algumas políticas sustentáveis praticadas entre municípios da COMCAM. **IV SEURB**, p477-491. Unespar. Campo Mourão. 20- 22 de nov. 2018

A partir da década de 1960, o espaço público tem ganho novas atividades de caráter opcional, dentre elas o lazer ativo e passivo¹⁵. A incrementação ocorreu simultaneamente à realização de pesquisas e planejamento executados de forma a visar sua retomada. Alguns dos estudos desenvolvidos de forma a conter o carrocentrismo e reutilizar o espaço público, durante o século XX e início do século XXI é ilustrado na figura 6.

Figura 6: Evolução dos estudos e visões sobre ruas e espaço públicos no planejamento urbano e no design.



Fonte: Faraby (2016, p.8).

A figura 6 ilustra os principais estudos desenvolvidos acerca da requalificação do espaço público urbano, iniciando ainda na cidade tradicional em 1902 com a publicação do livro **Cidades jardins de amanhã** (1902), de Ebenezer Howard. Em 1933, três décadas após o primeiro estudo, publica-se a **Carta de Atenas** de autoria de Le Cobursier.

No período posterior, a rua é visada em escala humana e conceitual, é dotada de significativa produção intelectual, havendo cinco importantes estudos entre os anos de 1960 e 1981. Em 1960, **A imagem da Cidade** de Kevin Lynch; 1961 **Morte e vida de grandes cidades**; Jane Jacobs; 1971, **Life Between Buildings: Using Public Space** de Jan Gehl; 1980,

¹⁵ Lazer ativo, compreende a prática de atividades esportivas, como: futebol, voleibol, skate, peteca etc. Lazer passivo, também conhecido como lazer contemplativo, envolve atividades relacionadas a observação, conversação, leitura, relaxamento etc.

The social life of small urban spaces de Willian H. Whyte, em 1981 **Livable streets** de Donald Appleyard.

A última década do século XX traz uma única contribuição científica em 1995, obra **Great Streets** de Allan Jacobs. Os primeiros anos do século XXI conta com dois estudos, o primeiro em 2010 de Jan Gehl, **Cidades para pessoas** e em 2013, a obra **Streets as public spaces and drivers of urban prosperity** desenvolvido e publicado pela UN-Habitat – Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse contexto, é notória a dinâmica metamórfica funcional e social dos espaços públicos, trazendo defasagem e como resultado seu abandono ao longo da história. De forma a buscar uma inflexão, diversos foram as pesquisas em épocas, culturas e economias diferentes. Cada obra, com suas peculiaridades, havendo ao mesmo tempo consenso e discordâncias entre elas.

De forma a entendermos o espaço público potencial, apresentamos alguns conceitos de uma visão da cidade e demais espaços públicos por estarem em constantes transformações, para Le Goff (1998), o espaço público potencial deve estar atendo às mudanças ocorridas, portanto deve ser dinâmico. Ainda Le Goff, “Baudelaire disse: “a forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”. Ainda assim, a continuidade se firma em certas formas” Le Goff (1998. p.143).

Mesmo dinâmico, o espaço público deve propiciar permanência, pois caso funcione apenas como local de passagem, é considerado um “não-lugar”, explica Calliari (2016). Para o autor, o espaço deve causar efeitos sensoriais, “[...] andar pela rua, sentar numa praça, assistir ao movimento numa mesa de bar na calçada, tudo isso traz sensações poderosas” (CALLIARI 2016, p.52). Como sensações prazerosas, podemos citar a presença do: sol, vento, árvores, fontes de água, bancos e refeições (WHYTE, 2001).

Nesse contexto, o espaço público deve trazer prazer, proporcionar vida a seus frequentadores, Gehl (2016, p.19) afirma: “Primeiro a vida, depois espaços públicos, só então edifícios – o inverso nunca funciona”.

Destarte, questionamos: O que é um bom espaço público? Para Calliari (2016, p.57), “[...] A resposta está ligada a qualidade do espaço público em relação à qualidade da experiência humana que nele se dá: os encontros, as trocas entre pessoas, a prática da urbanidade”. A ferramenta de análise adotada pelo autor, trata-se em medir a capacidade dos espaços em atrair e proporcionar usabilidade aos frequentadores “**A ‘régua’ a ser usada nessa medição é a capacidade dos espaços públicos de proporcionar o encontro e estimular as pessoas a permanecer por mais tempo nele**”. Assim sendo, Calliari (2016) apresenta quatro

características capazes de contribuir qualitativamente com o espaço público: **significado, legibilidade, diversidade e escala humana**, com base em literatura incluímos **espírito de vizinhança e flexibilidade funcional**, (grifo nosso).

Segundo Calliari (2016, p.58), o espaço deve apresentar **significado**, (*genius loci*) dando ao “estabelecimento de um sentido, portanto, transforma o espaço. O lugar é o espaço vivido. O significado é o que torna o espaço um lugar”.

Para Calliari (2016, p.61), o espaço público é comparado ao interior de uma edificação, proporcionando experiência vivida a seus usuários. “É a vivência, portanto, o que dá sentido a esse espaço, tornando-o íntimo, habitável, uma casa”. Nesse sentido, Para Santos (2008) há uma troca de influências entre ambiente construído e frequentadores.

[...] o ambiente físico tem uma influência determinante sobre o comportamento humano e sobre o relacionamento das pessoas com o espaço. [...] O comportamento humano é, portanto, intrinsecamente “situacional”, uma vez que se enquadra nos contextos e configurações físicos assim como nos sociais, culturais e perceptuais (SANTOS 2008, p. 27).

No tocante à **legibilidade**, Calliari (2016, p.62) acusa a necessidade de o homem entender, conhecer e relacionar-se com o espaço. “[...] as cidades precisam de organizações para que seus habitantes as reconheçam e as decifrem. Tão mais confortável é a cidade quanto mais ela é reconhecível pelos seus habitantes”.

Corroborando com Calliari, Lynch (1989, p. 13) explica a importância da legibilidade no contexto público urbano “[...] designar a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. Dessa forma, “[...] sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade”.

A legibilidade tende a criar um mapa mental da cidade/espaço público com base no passado e no presente, “[...] esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e comandar ações” (LYNCH, 1989, p. 14).

Para Tuan (1980, p.4), a legibilidade é a capacidade de registrar determinados fenômenos “[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Desse modo, entendemos legibilidade no espaço público como a capacidade de influenciar psicologicamente o usuário, de forma que o mesmo pode ou não reconhecer facilmente o local. Quando conhecido, o usuário se sentirá seguro.

O bom espaço público deve apresentar **diversidade funcional e coletiva**. Calliari (2016 p.66) entende que: “[...] É o barulho da cidade, o movimento de pessoas diferentes que passam em ritmos distintos, a fruição individual é vivida no ambiente coletivo.” O autor cita Jane Jacobs em defesa da diversidade, “[...] destaca o balé da sua vizinhança [...] ao longo do dia os estabelecimentos comerciais vão sendo abertos, as pessoas se encontram, conversam, pedem favores. Crianças brincam [...] Gente que está nos prédios participa da rua” (CALLIARI, 2016, p. 66).

Enfim, a diversidade é de grande importância para o mantimento do espaço público. Dessa forma, Daroda (2012, p.31) cita a diversidade como elemento vital à segurança, à usabilidade e ao fomento econômico... “[...] Tais características asseguram ainda a vitalidade urbana, em termos sociais, através da troca interpessoal e intergeracional, mas também em termos econômicos, por garantir a sustentabilidade entre os usos”.

Jacobs (2014) fala sobre a necessidade de haver oferta de amplo programa de necessidades, principalmente à noite, citando a existência de bares, lojas e restaurantes como elementos atuantes no mantimento e segurança dos espaços públicos. A situação em epígrafe acaba por estimular a utilização do espaço, ampliando a área de caminhada em busca de atividades distintas. Os lojistas e pequenos comerciantes acabam sendo benéficos ao espaço público, pois nele há segurança, ordem e tranquilidade. O comércio tende a gerar usabilidade e segurança ao local.

A diversidade é tratada como elemento fundamental por Borja e Muxí (2000, p.55), sendo considerado um elemento potencial “La diversidad favorece la multifuncionalidad y se vuelve un elemento de potencialidade evolutiva¹⁶”. O autor cita a presença de pessoas como forma de garantir a segurança local:

La mejor manera de garantizar la seguridad del espacio público es la continuidad de su uso social, es decir, la presencia de la gente, lo que quiere decir que correspondan a trayectos, que sean agradables, que se permita su utilización a todo tipo de personas y grupos, asumiendo que hay veces que es necesario reconciliar o regular intereses o actividades contradictorias¹⁷. (BORJA; MUXÍ, 2000, p.67).

Conforme Calliari (2016), a diversidade está presente em usos combinados, atraindo diferentes grupos de pessoas, assim dando uso contínuo ao ambiente em diferentes horários.

¹⁶ A diversidade favorece a multifuncionalidade e torna-se um elemento de potencialidade evolutiva. (Tradução nossa).

¹⁷ A melhor maneira de garantir a segurança do espaço público é a continuidade de seu uso social, ou seja, a presença de pessoas, o que significa que elas correspondem a trajetos, que são agradáveis, que seu uso é permitido a todos os tipos de pessoas e grupos, assumindo que há momentos em que é necessário conciliar ou regular interesses ou atividades conflitantes. (Tradução nossa).

Outras formas de favorecer a diversidade são: quadras curtas, fachadas variáveis e densidade humana.

No entanto, deve se atentar para diversidade (heterogeneidade) haja vista, que a mesma pode proporcionar relações conflituosas, como a prática do lazer ativo nas proximidades de um grupo de leitores, nas palavras de Tuan, “Idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum [...] Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito” (TUAN, 2005, p. 251).

Segundo Calliari (2016), o bom espaço público deve contemplar a **escala humana**, ou seja, o espaço feito pelo homem para atender o homem. Ambientes feitos em escala apropriada: ambientes nem amplos, nem compactos; presença de bancos; instalações sanitárias; sombra e água fresca, conseqüentemente, privilegiando passeios pedonais. São os passeios pedonais que insere o homem no espaço público, segundo Calliari (2016, p. 70) “analisar o lugar em seus detalhes, aqueles que só são percebidos pela pessoa que caminha a pé pela cidade”.

A relação escala humana é retratada por Mumford (1998, p.63), para o autor, grandes espaços tendem a propiciar espaços ociosos e desertos, “Se a área da rua é ampla demais, pouca coisa acontece em poucos lugares, e apesar de todas as boas intenções em sentido contrário, o resultado são vastos espaços transformados em desertos simplesmente por ficarem vazios demais”.

Calliari (2016) cita algumas características favoráveis à escala humana, como: andar, permanecer em pé, sentar, ver, ouvir, falar, espaços agradáveis, *softedges*¹⁸, contato e presença de árvores.

O bom espaço público deve manter o **espírito de vizinhança**, não devendo se comportar como uma ilha, deve haver ligação interior-exterior, ligação entre público e privado, nesse sentido,

[...] o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho “interno” coerente e de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma de suas funções originais e essenciais (ALEX, 2008, p. 126.).

¹⁸ Soft Edge - terminologia utilizada por Jan Gehl para descrever/ilustrar fachadas e cercamentos lindeiros aos espaços públicos, constituindo importantes elementos que podem inibir ou promover contatos e atratividades. São exemplos de soft Edges: vitrines, escadas, terraços, objetos, monumentos, entre outros.

Peregrino, Brito e Silveira (2017) pontuam sobre a importância do espaço público se relacionar com a cidade e o setor privado, formando uma zona híbrida sendo de fundamental importância para o público:

[...] pois que o tratamento projetual das zonas híbridas constitui uma ponte que pode corroborar ou não para a transição entre o público e o privado. Tal transição, quando bem-sucedida, pode contribuir para a vida pública ou, quando malsucedida, pode implicar insegurança, isolamento, falta de relação entre os habitantes e o espaço público e até mesmo o esvaziamento desse (PEREGRINO; BRITO; SILVEIRA, 2017, p.460).

Nesse sentido, para receber uma grande quantidade de pessoas, uma boa calçada deve apresentar três particularidades: **separação entre espaço público e privado; existir olhos da rua**, os chamados “proprietários naturais da rua”, ou seja, os edifícios lindeiros ao espaço público deve permitir visualização e conseqüentemente monitoramento da rua, e por fim, **haver fluxo ininterrupto**, pois tal situação aumenta a segurança e atratividade local, explica Jacobs (2014, p.34). Grifo nosso.

Por alto, parece que temos algumas metas simples: tentar dar segurança às ruas em que o espaço público seja inequivocamente público, fisicamente distinto do espaço privado e daquilo que nem espaço é, de modo que a área que necessita de vigilância tenha limites claros e praticáveis; e assegurar que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos da rua o maior tempo possível (JACOBS, 2014, p.34).

Para Calliari (2016, p.49), o espaço público deve manter um “espírito de vizinhança”, o papel do espaço público deve garantir a possibilidade de criar e manter um espírito vicinal. Sua ausência segundo Jacobs (2014, p.8) é desastroso para a rua e demais espaços públicos “[...] a inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, ela implica não comprometimento pessoal”.

Whyte (2001) defende a **flexibilidade funcional** dos espaços públicos, ou seja, cada indivíduo utiliza o espaço público da forma que mais lhe convier. Ambientes dotados de um programa funcional rígido, tendem a inibir seus frequentadores, podemos dizer que o homem necessita de liberdade para se movimentar:

[...] Os autores Kevin Thwaites e Lan Simkins, no livro *Experimental Landscape*, reivindicam que o espaço público deve estimular a apropriação espontânea, deve permitir que o homem possa organizá-lo e alterá-lo, interagindo e alternando comportamentos. Uma área livre com uma rigidez configuracional limita a liberdade de movimento, o homem tende a abandonar e negligenciar esses espaços, principalmente diante das diversas opções oferecidas no contexto urbano (DARODA 2012, p.35).

Do ponto de vista de Daroda (2012) e Whyte (2001), um amplo gramado pode ser utilizado de diversas formas, como piquenique, corridas, jogos desportivos, “pegar um

bronzeado” entre outros. Os espaços com programas funcionais rígidos acabam por gerar um espaço morto, estático e sem vida.













Segundo Daroda (2012, p.40), espaços flexíveis proporcionam a interiorização de desejos da população, sendo “A apropriação dos espaços livres públicos demonstra as necessidades e carências de lugares mais abertos às possibilidades e voltados para o uso comum”. Para o autor, a adoção do espaço público efêmero é uma boa opção para a sociedade contemporânea “[...] uma vez que é adaptativa e capaz de acompanhar as mudanças de padrões de usos e movimentos. Através de novos equipamentos urbanos, por exemplo, o uso do espaço público passa a ser recriado e reinterpretado permanentemente” (DARODA, 2012, p.41).

Já para Jan Gehl (2013), o bom espaço público é aquele que cumpre uma série de exigências, visando proteger, confortar e proporcionar prazer aos usuários (figura 7). É importante destacar que mesmo ilustrado de forma singular, a classificação de Gehl acaba por englobar os conceitos defendidos por demais autores.

Assim, sinteticamente temos:

1. Proteção dos pedestres contra o tráfego e acidentes, o que elimina o medo do trânsito e leva a uma sensação de segurança.
2. Proteção contra o crime e a violência urbana: depende de haver muitas atividades na rua – dia e noite –, de a rua estar sob os olhos de muita gente, e ter boa iluminação.
3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, causadas por vento, chuva, calor/frio, poluição, ruído, poeira etc.
4. Oportunidades para caminhar: espaço suficiente e sem obstáculos, boas superfícies, acessibilidade para todos e fachadas interessantes, que ofereçam o que ver.
5. Espaços de permanência: zonas atraentes para sentar e/ou ficar de pé nas bordas dos espaços, suportes para ficar de pé.
6. Ter onde sentar, aproveitando as vantagens que o lugar oferece.
7. Possibilidades de observar: vistas interessantes, distâncias razoáveis, sem obstáculos, iluminação.
8. Oportunidades de conversar e ouvir: baixo nível de ruído, mobiliário adequado e que leva a isso.
9. Locais para jogar e se exercitar: convite à criatividade e a atividades físicas, a toda hora e em todas estações.
10. Escala humana nos edifícios e nos espaços abertos: que sejam pensados para a pessoa que caminha e não para quem passa dentro de um carro. É uma questão de tamanho e densidade.
11. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima: sol/sombra, calor/frescor, brisas.
12. Experiências sensoriais positivas: bom projeto arquitetônico, bons materiais, vistas, árvores, plantas e água (GEHL 2016, 24-25).

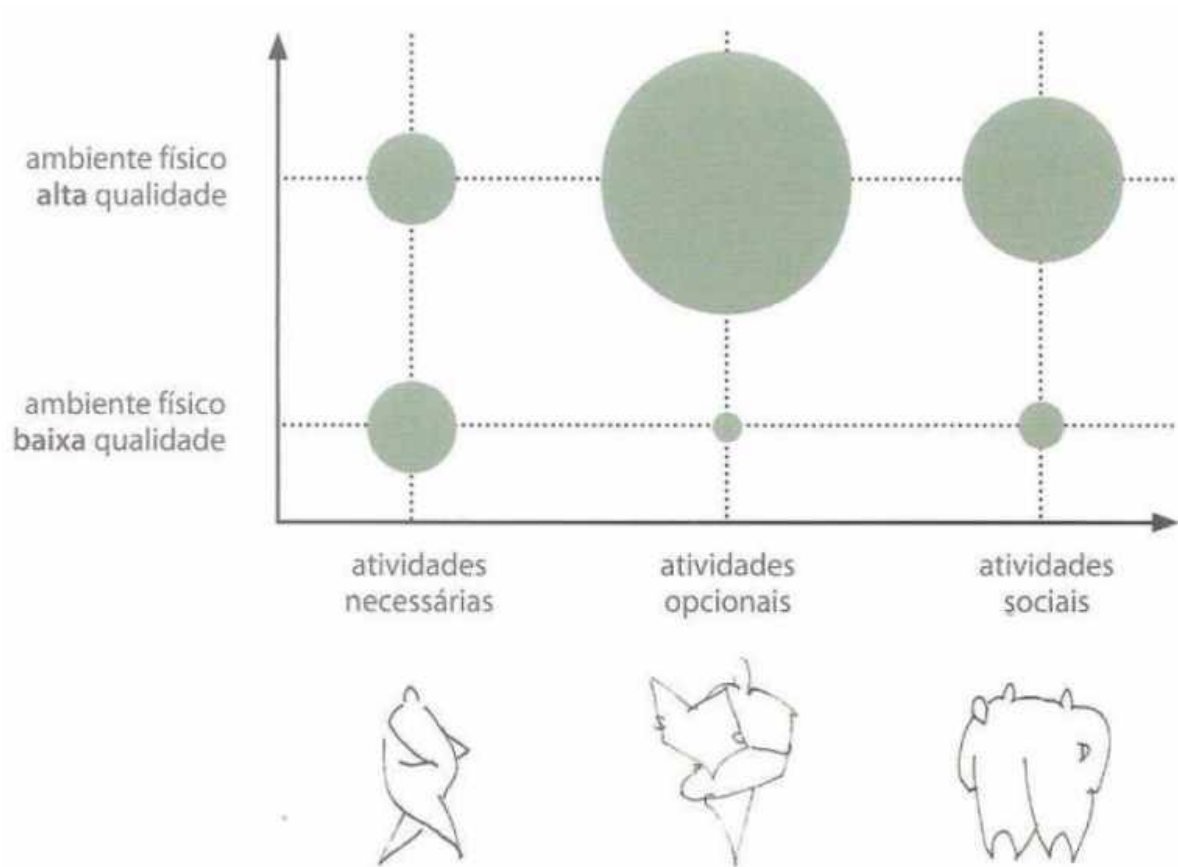
Figura 7: Os doze princípios do bom espaço público.

Proteção	<p>PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> Proteção aos pedestres Eliminar o medo do tráfego 	<p>PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ambiente público cheio de vida Olhos da rua Sobreposição de funções de dia e à noite Boa iluminação 	<p>PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Vento Chuva/ neve Frio/ calor Poluição Poeira, barulho, ofuscamento 
Conforto	<p>OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR</p> <ul style="list-style-type: none"> Espaço para caminhar Ausência de obstáculos Boas superfícies Acessibilidade para todos Fachadas interessantes 	<p>OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ</p> <ul style="list-style-type: none"> Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ ficar Apoios para pessoas em pé 	<p>OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE</p> <ul style="list-style-type: none"> Zonas para sentar-se Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas Bons lugares para sentar-se Bancos para descanso 
	<p>OPORTUNIDADES PARA VER</p> <ul style="list-style-type: none"> Distâncias razoáveis para observação Linhas de visão desobstruídas Vistas interessantes Iluminação (quando escuro) 	<p>OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de ruído Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas 	<p>OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA</p> <ul style="list-style-type: none"> Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos Durante o dia e à noite No verão e no inverno 
Prazer	<p>ESCALA</p> <ul style="list-style-type: none"> Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana 	<p>OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> Sol/sombra Calor/frescor Brisa 	<p>EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Bom projeto e detalhamento Bons materiais Ótimas vistas Árvores, plantas, água 

Fonte: Gehl (2013, p.239)

Gehl (2016) alerta para a dificuldade em cumprir todas as doze metas num único espaço público. Assim, ao atingir os doze critérios estabelecidos por Gehl (2013 e 2016), o desenvolvimento de um espaço público potencial demanda o conhecimento funcional e social desejado, considerando: usuários, atividades desenvolvidas, frequências de cada evento e atividades privilegiadas. Entende-se que diferentes atividades demandam qualidades e anseios distintos, conforme figura 8.

Figura 8: Relação entre qualidade do ambiente e atividade desenvolvida.



Fonte: Gehl, (2013, p.21).

Conforme figura 8, percebemos que um ambiente de baixa qualidade é capaz de suprir atividades necessárias, como caminhar, no entanto, um ambiente considerado bom, deve contemplar atividades opcionais e sociais, adquiridas apenas em projetos mais bem elaborados.

De acordo com Gehl (2014), há cinco usuários característicos, sendo eles: Os **visitantes cotidianos/diários** que utilizam o espaço público para deslocarem até suas residências, ou para trabalhar; os **visitantes clientes**, aqueles que utilizam o espaço público para visitas; os **transeuntes** que passam pelo local; os **visitantes recreativos** que frequentam o espaço em busca de lazer recreativo e por fim, aqueles que visitam o espaço público em busca de **eventos**.

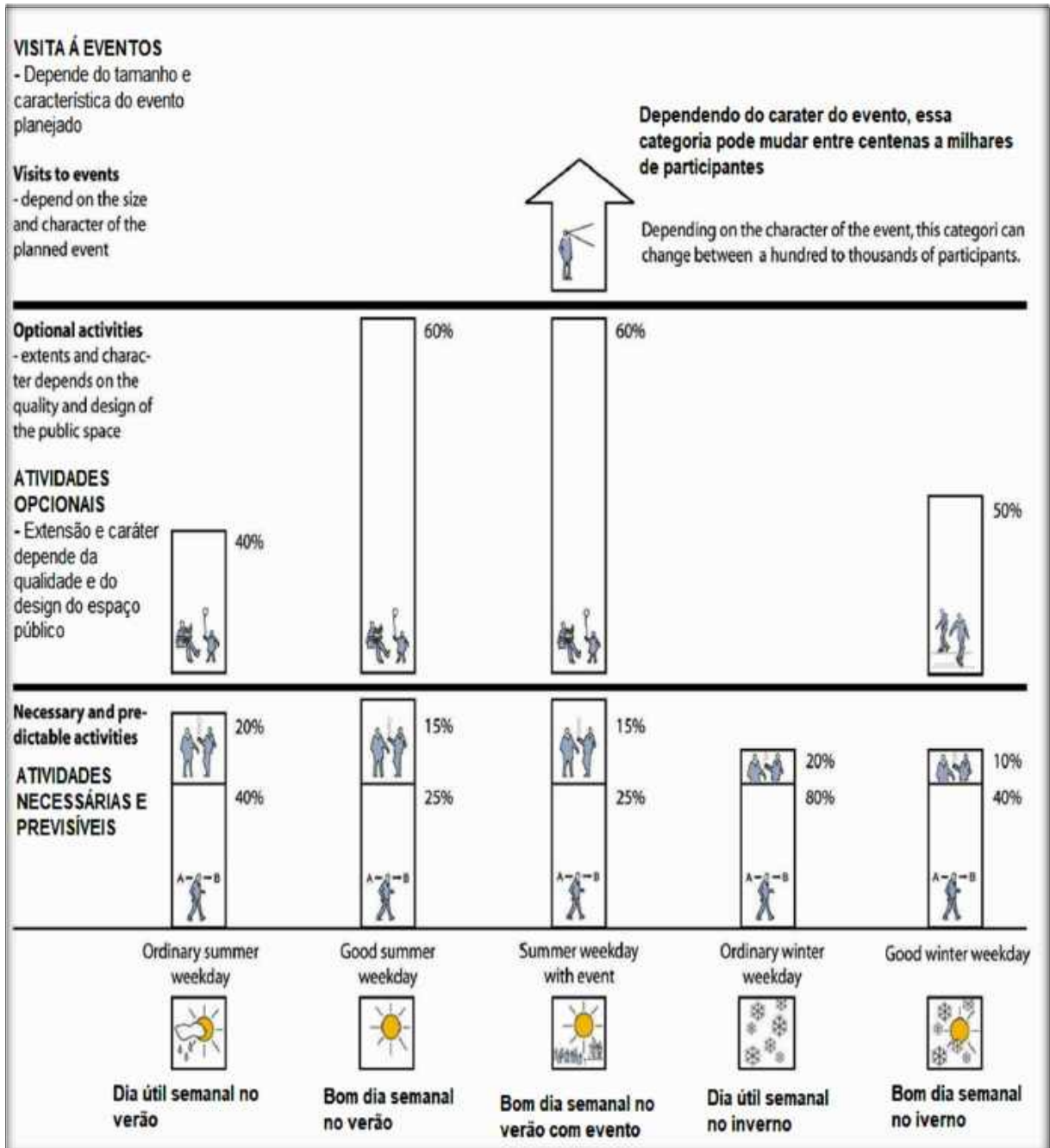
Conhecendo os usuários, torna-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas e suas frequências. Gehl e Soholt (2002) especificam quatro tipos de atividades possíveis de se ocorrer no espaço público, sendo elas: **Atividade necessária diária** (Caminhar/ percorrer); **Atividade recreativa diária**: (descansar); **Atividade recreacional**: (Recreação e diversão) e **Atividade planejada**: (observar/descansar).

Conhecer a utilização do espaço público é de grande importância, pois “[...] O uso fornece elementos de articulação entre espaços públicos, promovendo e ampliando a diversidade dos usuários. Verificar o uso do espaço é fundamental para revelar as necessidades

dos frequentadores e assinalar os pontos positivos e negativos dos lugares” (ALEX, 2008, p. 27).

As citadas atividades podem ocorrer em determinadas frequências, podendo ser mais ou menos intensas, de acordo com as condições climáticas e estações do ano, conforme figura 9.

Figura 9: Prognóstico percentual para um bom dia e para os demais.



Fonte: Gehl (2014, p.47), tradução nossa.

Os dias calorosos do verão, dotados ou não de eventos apresentam usabilidade distintas aos dias gelados do inverno. Nos verões prevalecem o exercício de atividades opcionais, enquanto no inverno, as atividades mais frequentes são as atividades previsíveis e necessárias.

Apesar da importância da figura exposta por Jan Gehl (2014) acerca da utilização do espaço público, Serpa (2011, p. 63) alerta para a dificuldade de propor os espaços, haja vista que estes estipulam uma forma de utilização, nos quais podem ou não ocorrer, conforme trecho a seguir obtido em entrevista ao paisagista francês Gilles Clément, “[...] Quando concebemos um espaço público desse gênero, nós não sabemos o que vai acontecer. Há a expectativa que ele favoreça diferentes usos, mas não sabemos exatamente quais”.

Serpa (2011, p.76) explica sobre a capacidade dos usuários em se readequar ao objeto propostos: “Os usuários [...] por suas práticas espaciais [...] acabam por forjar novos discursos, [...] atitudes e as lógicas de apropriação espacial. As trilhas e os caminhos espontâneos nos gramados, os bancos ignorados ou disputados, as incivildades cometidas em determinados lugares [...]”. Assim, entendemos que o bom espaço público é aquele que fornece prazer, conforto e proteção a seus usuários.

Já Gatti e Zandonade (2017) estabelecem diretrizes para mapear espaços públicos, detectando ameaças, oportunidades ou potencialidades e ações possíveis conforme especificados no Quadro 7.

Quadro 7: Condicionantes, Potencialidades, Deficiências e diretrizes dos espaços públicos.

	Ocorrências	Ameaças	Oportunidades	Ações Possíveis
1	Distribuição desigual dos espaços públicos na cidade.	<ul style="list-style-type: none"> - áreas periféricas sem opções de lazer; - população precisa de deslocar para ter acesso a espaços de lazer; - baixa qualidade de vida nas áreas desprovidas de espaços públicos. 	Democratização do acesso aos espaços públicos e às áreas de uso livre: espaço público de qualidade em toda a cidade.	<ul style="list-style-type: none"> - mapeamento das áreas carentes de espaços públicos x áreas de trabalho e moradia; - identificação das necessidades da população e dos deslocamentos realizados pelas pessoas em busca de áreas de lazer; - identificação de áreas vazias e subutilizadas para a criação de novas praças e parques.
2	Carências de infraestrutura, manutenção e cuidado com o espaço público.	<ul style="list-style-type: none"> - falta de uso; - abandono; - insegurança; - diminuição da troca e das possibilidades de encontro; - risco de acidentes com pedestres; - desabrigo em relação a eventos climáticos como chuvas, ventos, etc.; 	- oportunidade para readequar/revitalizar o espaço público conforme anseios da sociedade contemporânea.	<ul style="list-style-type: none"> - identificação de áreas de uso livre para receber infraestrutura e equipamentos; - Priorização e adequação para pedestres e ciclistas; - redesenho de espaços baseados no clima e eventos climáticos; - Redesenho dos espaços tendo como referência a segurança das pessoas e priorização de pedestres; - programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques); - implantação de infraestrutura cicloviária; - captação de parcerias para financiamentos em espaços públicos, sobretudo com empresas e comércios locais;
3	Degradação Ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - poluição sonora, atmosférica e química; - poluição difusa: o que vai direto para os rios e lagos; - depósito de resíduos sólidos e lixo acumulado; - subutilização e abandono; - degradação dos rios e lagos; - proliferação de doenças. 	- oportunidade para implantar políticas e fazer valer das políticas públicas, enfatizando a necessidade de preservar, reciclar e zelar pelo meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - identificação das necessidades locais, com pesquisa de satisfação de conforto dos usuários nos diversos espaços públicos da cidade; - implantação de paisagismo e arborização para melhoria do microclima; - substituição da frota de transporte público para veículos não poluentes - investimento em infraestrutura cicloviária; - limpeza das galerias pluviais e reforço na coleta de resíduos sólidos; - aumento da permeabilização do solo e renaturalização das margens de rios e córregos; - envolvimento de entidades e comunidade local no processo de educação ambiental.

4	Espaços públicos com consumo privado: parcerias que dão certo ou privatização do uso público?	<ul style="list-style-type: none"> - privatização do espaço público; - segregação social - descaracterização dos espaços naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - atratividade para espaços vazios ou subutilizados; - dinamização dos usos – segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> - participação da comunidade local na escolha dos novos usos e formas de gestão, a partir dos usos existentes e das necessidades da população local; - parcerias ou concessões de usos por tempo determinado; - controle social e público frente aos serviços oferecidos e preços praticados.
5	Ocupação dos espaços públicos.	<p>- privatização do espaço público em prol de um grupo de pessoas, muitas vezes disseminando atividades ilícitas (consumo de entorpecentes, atividades culturais improprias para determinadas faixas etárias, entre outras).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos; - democratização dos espaços públicos - politização social; - atratividade para espaços vazios ou subutilizados - dinamização dos usos. 	<ul style="list-style-type: none"> - programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques); - contenção de ações policiais que oprimem o livre acesso aos espaços públicos por diferentes grupos étnicos e culturais.
6	As festas Populares.			<ul style="list-style-type: none"> - elaboração de calendário e mapeamento das festas populares municipais; - identificação de áreas de uso livre para conceder infraestrutura necessária às festas populares; - planejamento de reforço de zeladoria dos espaços públicos durante a realização das festas populares.
7	Muito espaço para o carro, pouco espaço para o pedestre.	<ul style="list-style-type: none"> - poluição sonora e atmosférica; - congestionamentos - desestímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos - exclusão social; 	<p>- oportunidade para relegar a “máquina” á segundo plano. Implantar a escala humana, ou seja, a cidade feita para o homem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - medições dos fluxos de pedestres e modais motorizados e não motorizados; - projeto de redesenho urbano para acessibilidade e qualificação dos espaços públicos.
8	Cidades do interior: lugar das bicicletas.	<ul style="list-style-type: none"> - falta de infraestrutura para o ciclista em áreas de maior circulação de veículos. 	<ul style="list-style-type: none"> - redução do uso de veículos motorizados, com redução da poluição sonora e atmosférica e redução dos congestionamentos; - estímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos; - promoção de inclusão social - melhoria da micro-acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - medição dos fluxos cicloviários: estudos de demanda e oficinas com usuários; - planejamento de malha cicloviária com implantação de infraestrutura (ciclofaixas e ciclovias, sinalização horizontal e vertical, traffic calming em vias de uso compartilhado); - estudo de viabilidade para implementação de sistema de compartilhamento de bicicletas; - integração entre os modais; - implantação de paraciclos e bicicletários; - programas de paisagismo e arborização nas rotas cicloviárias - campanhas de educação para o trânsito.

9	Calçadas como lugar para se estar.	- falta de conforto e segurança em áreas de alto tráfego motorizado.	- democratização dos espaços públicos; - incentivo aos laços sociais; - vitalidade urbana; - segurança e bem estar.	- identificação das ruas com baixo fluxo de automóveis motorizados e alto fluxo de pedestres para alargamento de calçadas; - redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos; - implantação de mobiliário urbano.
10	Bloqueio na circulação do pedestre no passeio público.	- falta de acessibilidade; - desestímulo ao caminhar, sobretudo para os portadores de necessidades especiais e pessoas carregando carrinhos de bebês; - acidentes, insegurança e desconforto.	- oportunidade para se implantar o desenho universal, ou seja, permitindo a acessibilidade física e simbólica a todos.	- levantamento das áreas críticas de circulação de pedestres; - implantação de faixa livre, faixa de serviços e faixa de acesso nos passeios públicos; - programa para planejamento do enterramento das fiações aéreas e eliminação posteamento; - programa de arborização urbana; - repaginação e nivelamento dos passeios;
11	Sobras de planejamento sem uso.	- espaços vazios e subutilizados; - conflitos para a circulação do pedestre.	- criação de novos espaços públicos ou melhoria do existente; - instalação de novos usos e ampliação do passeio público.	- redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos; - avaliação de concessões de uso para criação de atratividades em espaços subutilizados.
12	Margens de água	- poluição - inacessibilidade para a população - espaços vazios e subutilizados		
13	Áreas simbólicas	- espaços degradados, vazios e subutilizados; - falta de incentivo à identidade local e as origens da população e da história dos territórios populares.	- fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos; - democratização dos espaços públicos.	- identificação com a participação da população do patrimônio imaterial das cidades e dos usos simbólicos; - planejamento de reforço de zeladoria dos espaços simbólicos da cidade; - implementação de infraestrutura de apoio: mobiliário urbano, iluminação, redesenho para acessibilidade, etc.

Fonte: Gatti e Zandonade (2017, p. 66-67), adaptado pelo autor.

Para finalizar, é importante salientar que o bom espaço público é supra benéfico a cidade “[...] os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade econômica e sentido de cidadania” (BRANDÃO; CARRELO, ÁGUAS; 2002, p.189). Além do mais, pode influenciar culturalmente a sociedade que o frequenta, ou seja, a funcionalidade do espaço público contemporâneo ficará registrado na memória de seus usuários, o que Morin (2005, p.50) denomina de “imprinting”, ou seja “marca original irreversível que é impressa no cérebro”.

2.4 Espaço público versus privado: uma discussão acerca da dominialidade e funcionalidade

A praça, o parque, a rua e a calçada são exemplares icônicos de espaço público, sendo locais propícios a aglomeração humana e alguns de seus afazeres, como circular, socializar, comprar, descansar, festejar entre outros. As citadas atividades também podem ser realizadas em outros ambientes de cunho privado, como um shopping, um estádio de futebol, interior de condomínios entre outros.

Diante disso, notamos a possibilidade de aglomerações antrópicas tanto em locais públicos quanto privados. Assim, temos por objetivo entender o espaço público acerca de sua dominialidade, acessibilidade, tutores na feitura e manutenção e a quem deve servir.

A dicotomia público/privado é marcada já no início dos aglomerados humanos (Período Neolítico de 8000 a.C. até 5000 a.C.), nesse período a casa torna-se elemento central na discussão, assim,

[...] para o pesquisador Peter Wilson, a partir do Neolítico, com “a ‘adoção da arquitetura’, isto é, a construção planejada de abrigos permanentes, em contraste com as frágeis cabanas dos caçadores-coletores” [...] Desde então, com o surgimento da vida em comunidade, teriam sido estabelecidas as condições do político, da separação entre o público e o privado: pois a casa é abrigo de pessoas, mas também, barreira entre pessoas, bem como entre estas e o meio ambiente natural (BISSIO, 2008, p 33).

Nessa época, no início da civilização não existiam documentos de fé pública, no entanto, os residentes da localidade já identificavam e diferenciavam o espaço público do privado por meio de um simbolismo. A relação casa – rua (interior-exterior) é dissertada por Damatta (1997, p.57) ao caracterizar “as esferas de ação social, como “casa e rua” e concluiu que estas esferas obedecem a lógicas diferentes, sendo interpretadas pelo código da casa definido pelo espaço da calma, do repouso, da segurança, em oposição à rua, como pertencente ao governo, ao povo, como sendo um local perigoso.

Nas palavras de Damatta (1997, p. 32), a distinção entre público – privado traz consigo atividades e simbolismos distintos. Assim, o autor ao referir à sociedade brasileira argumenta que esta “é relacional, hierarquizada e possui códigos de ética distintos para os diferentes espaços de convivência: casa, rua, igreja. “Relacional”, pois têm como “sua unidade básica” não os indivíduos, mas as relações entre as pessoas, famílias, grupos”. Portanto, a mesma é “hierarquizada” porque “as cidades brasileiras” possuem uma demarcação espacial, que é gradual: “centro e periferia”, “dentro e fora”.

Corroborando com Damatta (1997), Vieira (2010, p.23) destaca que o limite entre público e privado apresenta-se como uma barreira visível ou não, “[...] esta barreira pode ser

percebida na observação das formas de organização de cada grupo social, através da tipologia das edificações, tratamento dado ao lote e à edificação”. Para ele, “o que distingue um meio ambiente de outro é a natureza das regras por ele codificadas”.

Diante disso, a cultura local, é imprescindível na distinção entre público e privado. Para Rapoport (1978),

[...] os espaços urbanos estão divididos em domínios distintos por regras e símbolos. Seu propósito é o de estabelecer fronteiras entre [...] o público e o privado, prevendo os graus ótimos de interação e as defesas necessárias, que, podemos dizer, são estabelecidas culturalmente. Estes domínios são facilmente perceptíveis no espaço público, onde demarcações espaciais estabelecem gradações de acesso, tornando um ambiente mais ou menos privado, ou mais ou menos público. Acredita-se que o papel social e cultural do espaço público é o de estabelecer o equilíbrio entre estes domínios, vinculando um território a outro e criando diferentes possibilidades de interações sociais (RAPOPORT, 1978, p. 261).

Na concepção de Rapoport (1978), o espaço público e suas atividades é produto da ação cultural humana, no entanto o conceito público/privado vai além dos códigos éticos, culturais e simbólicos, também envolve direito de propriedade.

De forma a distinguir espaço público de privado, temos as seguintes parábolas para alguns dos espaços públicos publicizados mourãoenses: A) domingo de verão, sol pleno, 16 horas, **praça Getúlio Vargas** “lotada”, com turistas, ambulantes, entre outros. B), um domingo qualquer às 16 horas, **Shopping Mourão** “bombando” em suas diversas atividades ofertadas: alimentação, lazer ativo e contemplativo, cinema, música lojas, muitas lojas. C) Dia 18 de maio (dia mundial do Museu), diversos visitantes interessados em conhecer a história de Campo Mourão-PR e do Caminho de Peabiru no **Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira**. E por fim, a **Universidade Estadual do Paraná** (D), na qual trata-se de um ambiente público que transmite conhecimento.

Apresentamos quatro tipologias de espaços públicos ou publicizados acessíveis ao público, no entanto cada qual apresenta suas peculiaridades. Primeiramente, vamos entender o funcionamento dos locais: A praça – fisicamente pertencente ao estado (município, estado ou união), livre acesso à população a qualquer horário, possibilidade de diversas apropriações, inclusive de caráter ilícitos. Podendo haver a presença de atividades comerciais, nas quais os cidadãos pagam pelo consumo.

O Shopping Center de propriedade privada é acessível a todos, desde que respeitem regras, como: vestimenta, horário de funcionamento e boas condutas. É possível acessar diversos entretenimentos: cinema, refeições, compras entre outros, desde que possa pagar por eles.

O Museu municipal pertencente ao município, acessível a todos, no entanto sob algumas condições, como: entrada franca ou paga; determinadas classes como estudantes, professores e idosos pagam 50%; horário de funcionamento; objetos intocáveis e em algumas ocasiões não podendo ser fotografados.

A universidade estadual, pertencente ao estado, transmissão de conhecimento gratuito, no entanto o serviço é restrito, apenas a estudantes que cumpram o critério de ingresso à mesma. Também funciona sob regras.

Os citados espaços públicos ou publicizados apresentam condições distintas e semelhantes, muitas vezes revelando que um espaço público pode não ser tão público, ou ser tão público quanto um ambiente privado, dessa forma, vamos debater o assunto acerca de alguns conceitos.

Para Castro (2002, p. 54), “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso”. Diante disso, entendemos que a ideia de público se determina pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55).

Sob a ótica do dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement de Merlin e Choay (1998), Sobarzo (2017) define espaço público como um tipo de **propriedade e por uma possibilidade de uso**. Com relação à propriedade, define-se espaço público como espaço de domínio estatal. O autor explica que de acordo como o Código Civil brasileiro de 1916 (atualizado em 2002) estabelece que “um bem é público quando pertence a qualquer esfera da administração (federal, estadual ou municipal) e é privado em todos os outros casos”. (SOBARZO, 2017, p.187), grifo nosso.

No tocante a sua usabilidade, segundo Sobarzo (2017), o domínio de propriedade não se aplica, devido à existência de espaços públicos não acessíveis, bem como a existência de espaços privados acessíveis ao público. Sobre a

[...] possibilidade de uso -, a definição formal e legal baseada na propriedade perde a sua precisão porque nem todos os bens públicos estão disponíveis para o uso público (aberto a todos) e também porque existem espaços privados que possibilitam, pelo menos hipoteticamente, a apropriação pública ou coletiva.” Em ambos os casos, fica claro que qualquer esforço para entender ou definir o espaço público precisa considerá-lo na sua relação com o privado (SOBARZO, 2017, p.187).

Ao se referir sobre o entendimento do espaço público junto à sociedade brasileira, Martins (1994, p. 21-22) explica que a distinção entre ambos nunca chegou a se consolidar na consciência popular:

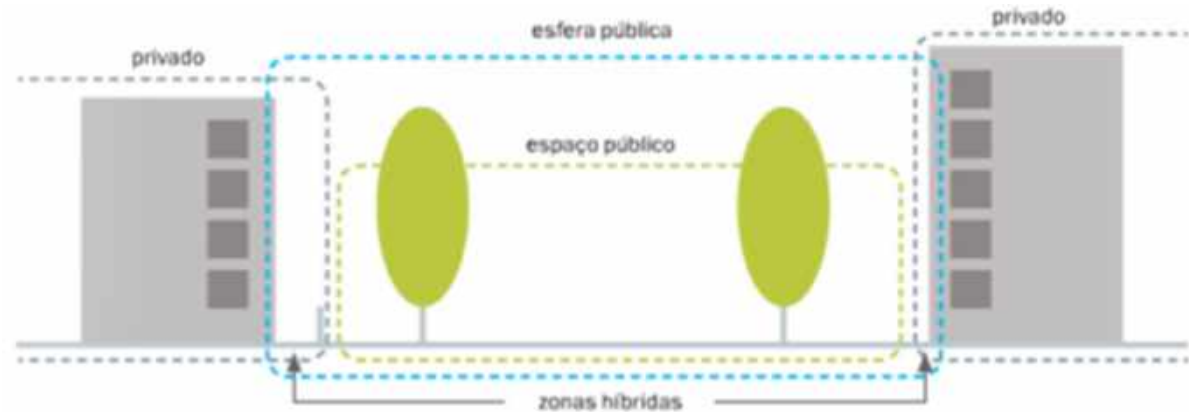
[...] no Brasil a distinção entre público e o privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos. Durante todo o período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado. A grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo. E aí a própria concepção de pessoa, como sabemos, estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fê. Os impuros, isto é, os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de senhor. Essa relação, baseada no clientelismo e no patrimonialismo, permanece desde a Colônia até os nossos dias (MARTINS, 1994, p. 21-22).

Para Sobarzo (2017, p.197), o Brasil moderno “privilegiou a distinção entre público e privado como relativa ao direito de propriedade, e não como atinente aos direitos das pessoas” diante disso “[...] na legislação brasileira o espaço público se define exclusivamente em função da sua propriedade”.

Assim sendo, para um bem ser considerado público, o mesmo deve cumprir imposições relativas ao direito de propriedade e possibilidade de uso. Importante salientar que os espaços livres públicos se encontram em justaposição a espaços privados, gerando zonas de transição, também considerado como semipúblicas ou semiprivadas, o que Jacobs chama de “olhos da rua”.

Nesse contexto, segundo Peregrino, Brito e Silveira (2017, p.460), o espaço livre público contempla as fachadas das edificações lindeiras “[...] e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos. Desse modo, tem-se o espaço público, o privado e as chamadas zonas híbridas, consideradas também como semipúblicas ou semiprivadas”. Dessa forma, os autores classificam o entorno do espaço público como zona híbrida, conforme ilustrado na figura 10.

Figura 10: Relação entre esfera pública e espaços públicos e privados.



Fonte: Karssenberget al. (2015, p.15).

Para Damatta (1997), os níveis intermediários entre público e privado são “escalas intermediárias de publicização, onde as ruelas são vistas como continuação das casas e tornam-se espaços semiprivados, ao passo que a maioria dos terraços das casas pode constituir espaços semipúblicos”. Assim Damatta destaca que [...] “essa influência mútua “meio-indivíduo” que nos permite destacar e abordar os espaços livres da favela em suas partes físicas, como sendo casa e rua” (DAMATTA, 1997, p. 25-26).

Assim sendo, as calçadas podem ser compreendidas como zonas híbridas, ou seja, ora compreendidas por espaço público, ora como extensão da propriedade. Nesse contexto, a calçada caracteriza-se como elemento mais notório na discussão público-privada, feitura e manutenção.

Quanto à sua feitura e manutenção, a obrigatoriedade muda conforme localidade e dominialidade do terreno. No município de Campo Mourão, a calçada é propriedade pública, no entanto, sua feitura e manutenção cabem ao proprietário dos lotes adjacente ao passeio, conforme o Artigo 530 da Lei 46/1964 (Código de Posturas e Obras do Município de Campo Mourão) e artigo 2 do decreto 4763/2010 (Regulamenta e estabelece critérios para a construção, reconstrução ou reparação de passeio).

Sua usualidade é definida conforme o CTB 1997 (código de Trânsito Brasileiro), anexo I, sendo “[...] não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”. As calçadas devem proporcionar aos pedestres o direito de ir e vir, de forma consciente e segura. No entanto, ao caminhar pelas calçadas e demais espaços públicos, logo verifica sua utilização para fins particulares, especialmente para fins capitalistas (mercado de produtos e serviços). Assim, tais ações implicam em modificações funcionais e na acessibilidade das calçadas.

A utilização das calçadas e outros espaços públicos por determinados grupos de pessoas para fins particulares, também denominados de privatização do espaço público, acaba por gerar uma justaposição territorial, muitas vezes criando obstáculos e dificultando a acessibilidade física e simbólica, conforme destaca Serpa (2011).

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

O espaço público passa a ser privatizado em detrimento do particular. A privatização do espaço público é corriqueira, mas nem sempre percebida, haja vista ser uma atividade banal e considerada por muitos como cultural¹⁹, a privatização ocorre principalmente na frente de lojas e restaurantes que utilizam a calçada como extensão do espaço ambiente. A apropriação é citada por Narciso (2009), como as transformações ocorridas nos espaços públicos estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados.

Segundo Conte (2014, p.5), “As calçadas públicas são classificadas como bens públicos de uso comum do povo”, o artigo 98 do CC (Código Civil) define bens públicos como “[...] bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. No entanto, “[...] Mesmo assim classificadas, em vários municípios há legislação que confere ao proprietário do imóvel situado contíguo a elas a responsabilidade pela sua feitura e manutenção” conforme Conte (2014, p.5). Para Bezerra (2012), a manutenção e feitura dos passeios e demais espaços públicos devem ser executados pelo município. A utilização dos espaços e bens públicos exige “bom uso” por parte do poder público, explica Di Pietro (2012):

Desse modo, enquanto o princípio da função social da propriedade privada impõe um dever ao proprietário (e, de certo modo, exige a atuação do poder público para garantir o cumprimento do princípio), o princípio da função social da cidade impõe um dever ao poder público e cria para os cidadãos direito de natureza coletiva, no sentido de exigir a observância da norma constitucional (DI PIETRO, 2012, p. 233).

¹⁹ A privatização do espaço público ocorre frequentemente, nem sempre sendo percebida pelos usuários e transeuntes, haja vista, ser um hábito já enraizado em nossa cultura. A utilização de calçadas como: terraços a serventia de mesas para restaurante; a exposição de eletrodomésticos; publicidades; estacionamento, etc. São típicos exemplares de privatização do espaço público.

Destarte, não temos por objetivo aprofundarmos no campo jurídico de feitura e manutenção dos espaços públicos, o objetivo é contribuir com o questionamento acerca do espaço público: a quem pertence? Quem faz e cuida? e quem pode utilizar?

Assim, entendemos que existem espaços públicos acessíveis ou não, e espaços privados publicizados. O espaço público autêntico deve pertencer ao estado, dispor de livre acesso físico e simbólico a seus frequentadores e por fim, ser feito e mantido pelo setor público.

2.5 O espaço público na cidade contemporânea

O espaço público contemporâneo é plurifacetado, característica da arquitetura pós-moderna e globalizada. Atividades e formas de relacionamentos obedecem muitas vezes à atual coexistência multicultural. Para Bovo e Martins (2017, p. 4) “uma investigação dessa temática permite-nos dizer que os espaços públicos compreendem hoje um desafio nos projetos urbanos na medida em que deve atender a diferentes usos e públicos”.

A complexificação dos novos espaços públicos é retratada por Bovo e Martins (2017, p.169) como “[...] as transformações ocorridas e a expansão dos centros urbanos [...], resultaram no surgimento de novos processos de transformação no espaço, acompanhado de novas demandas sociais e conseqüentemente de novas interpretações do espaço público.” Para Agostinho (2008, p.10), o espaço público contemporâneo tem negado sua funcionalidade, “são negados nos processos de desigualdade social, segregação espacial e violência urbana que marcam a realidade das cidades contemporâneas, sejam elas grandes metrópoles ou cidades médias”.

Atualmente, são vinculadas diversas ênfases sobre os espaços públicos, chama a atenção à abordagem, sobretudo, pela mídia e de maneira rasa, do aumento da insegurança nos centros urbanos. É neste contexto que Silva (2009) pontua que:

Revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, [...] é uma espacialidade urbana aberta e, [...] com um potencial para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em potencial. Em detrimento da sociabilidade e solidariedade, opta-se pela cerca metálica (SILVA, 2009, p.16).

Esse processo de resignificação do espaço público é também resultado da síndrome de agorafobia da população urbana, pois os principais “[...] sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados, protegido das ameaças externas”. Diante disso, o autor destaca que o “desejo por sociabilidade urbana [...], este indivíduo busca, [...] espaços de uso e

acesso coletivo, mas com características de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram [...] conforme destaca (SILVA, 2009, p. 17).

Diante disso, o medo, contribui para o esvaziamento e ressignificação do espaço público, privado e da cidade como um todo, visto que a “arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, transformando-os sem cessar - embora furtivamente - em áreas extremamente vigiadas dia e noite” (BAUMAN, 2009, p. 63).

Nesse sentido, para Bauman (2007), a cidade e os espaços públicos são considerados um campo de batalha, podendo surgir conflitos em qualquer lugar e a qualquer momento. Nessas situações, terrenos públicos e privados são cercados e vigiados, “[...] As fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda parte” (TUAN, 2005, p. 13). O medo surge a qualquer momento, o espaço público contemporâneo é conflitante, conforme quadro 08. Tal quadro 8 ilustra alguns dos conflitos e incidentes no espaço público contemporâneo, percebemos a relação conflitante trazida por automóveis em três situações (A, B e C). A relação entre carro e trânsito compartilhado (pedestres e ciclistas) geralmente é conflituosa, mesmo que o CTB 97 estabelece que o maior é responsável pelo menor, no caso, o carro > ciclista > pedestre, na prática, tal situação não ocorre, o carro se sobressai, sendo considerado “o dono do pedaço”.

Nesse contexto, espaços como a rua acabam por perder sua essência pedonal, segundo Sobarzo (2017, p.198) “na perspectiva da rua, é fundamental, pois um espaço público tão importante, a partir do ideário do urbanismo progressista, sofre um forte esvaziamento da vida, dos pedestres, e perde terreno para a circulação motorizada”. Já para Brandão (2008), os automóveis requerem novas soluções, pois são considerados elementos perturbadores, e ao mesmo tempo, propício à acessibilidade.

Na situação (A), ainda há um agravante, a ciclofaixa foi construída no espaço tradicionalmente utilizado como estacionamento, dificultando o acesso às lojas por parte dos consumidores que deslocam utilizando-se do automóvel. Ainda (na maioria das vezes) envolvendo o comércio, há ocupação irregular das calçadas, trazendo conflitos entre pedestres e demais equipamentos/mobiliários, situação (D). Conflitos entre moradores locais e turistas, ocupação informal, pichadores, segurança, entre outros, são exemplos de eventos ocorrentes no espaço público contemporâneo.

No mesmo sentido, Serpa (2011) alerta para as relações conflituosas, como manter simultaneamente: flores e crianças, lazer ativo e contemplativo, usuários e automóveis, de modo que todos compartilhem do mesmo espaço, de forma coexistente.

Quadro 8: O espaço público e alguns de seus conflitos.



Fonte: Calliari (2017), adaptado pelo autor.

²⁰ Fonte da imagem: <<https://bit.ly/2S9ZDSz>>. Acesso em fevereiro de 2019.

Os citados conflitos fazem do espaço público contemporâneo um local potencial para o medo, conforme Agostinho (2008) e Arantes (2016), nas últimas duas décadas, constatamos o surgimento e proliferação dos chamados enclaves fortificados, caracterizando como "fuga dos males da cidade" (ARANTES, 2011, p. 148). A Tensão vivenciada no espaço público é retratada por Caldeira (2000), pois

[...] A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. [...] Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública (CALDEIRA, 2000, p.301).

Assim, o medo, os enclaves sociais e os novos paradigmas urbanísticos têm produzido espaços cada vez mais segregacionista, “A cidade vai se formando, assim, segundo contradições, em que a classe alta se isola cada vez mais em espaços privados, e o espaço público tradicional é relegado a um segundo plano, considerado como potencialmente perigoso e deixado para o uso das classes menos abastadas”, conforme afirma Dinoá (2005, p.37).

Os espaços públicos têm sofrido uma ressignificação, pois suas funções tradicionais se encontram em constante mutação, muitas vezes deixando de cumprir suas funções sociais. Nesse sentido, os autores Bovo e Amorim (2013) enfatizam que:

[...] os espaços públicos foram banalizados ou relegados ao esquecimento, quando não lhes são atribuídas funções diversas. As praças cedem lugar a estacionamentos de automóveis ou então se tornam território de desocupados, prostitutas, menores abandonados, mendigos, ladrões, drogados, etc. As calçadas, tomadas por camelôs e vendedores ambulantes, dificultam a circulação de pedestres por esses espaços tidos como públicos. Os parques abandonados transformam-se em áreas de depósitos de lixo urbano (BOVO; AMORIM 2013 p.180-181).

Nas palavras de Bovo e Amorim (2013), o espaço público contemporâneo submete-se a outras funções, muitas vezes favorecendo indivíduos ou grupos de indivíduos em caráter particular (camelôs, prostitutas, ladrões, comércio de entorpecentes etc.), o que chamamos de apropriação e/ou privatização do espaço público.

A apropriação pode ocorrer desde a utilização de uma calçada até a oferta de terras estatais ao interesse privado. Para tanto, torna-se necessário compreender o processo de produção e utilização do espaço público e urbano, entrando em cena fatores políticos e econômicos, “[...] como o espaço é produzido, como o espaço é ordenado, quem tem mais poder sobre determinado espaço (se poder público ou agentes produtores da cidade)” conforme (TÖWS, 2015, p.29).

É nessa direção que Castro (2002) enfatiza que a dicotomia público/privado foi sustentada pela sociedade contemporânea a partir da valorização da propriedade privada e essa

divisão cumpre uma função cultural ao regular os comportamentos e usos legítimos. Os cidadãos que utilizam os espaços públicos também colaboram nesse processo de expansão do mercado privado, a partir do momento em que determinados grupos ao se apropriarem do espaço criam obstáculos simbólicos, muitas vezes imperceptíveis, gerando uma “territorialização do espaço” conforme destaca Serpa (2011):

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

Destarte com o declínio do espaço público, na sociedade contemporânea vive-se atualmente uma aversão a tudo que é de domínio público. Para Narciso (2009), as transformações ocorridas estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados.

Consequentemente, essas ações implicam em modificações na funcionalidade e acessibilidade dos espaços públicos. Diante disso, cresce os investimentos em espaços públicos de maior visibilidade, especialmente locais turísticos e centrais das cidades, viabilizado por meio da articulação do poder público com a iniciativa privada conforme pontuam os autores (BRANDÃO, 2008), (SERPA, 2011). Já Sobarzo (2017, p.199) alerta para um novo tipo de espaço público, o cenográfico, elaborado para angariar turistas e fotografias, “de características não inclusivas e padrão estético clean e nostálgico”. Para Serpa (2011, p. 11), representa a chamada “espetacularização” e “festa-mercadoria” do espaço público.

A preferência por o espaço público privado, cenográfico e de arquitetura arrojada é descrito por Fonseca (2005).

As precárias condições das cidades brasileiras, comumente abandonadas pelo poder público e onde imperam a falta de segurança do pedestre, os problemas de tráfego e a falta de qualidade do espaço público contribuem para reforçar a opção do consumidor pelos espaços públicos fechados. Esses buscam criar urbanidade até mesmo nos centros das cidades, por meio de um cenário formado por lojas de arquitetura arrojada e vitrines sedutoras, e oferecem cada dia mais opções de diversão – praças com restaurantes, cafés, cines, música ao vivo, que induzem e sugerem a permanência e o encontro. (FONSECA 2005, p. 387).

Tanto o espaço público, quanto a cidade passaram a ser privatizadas e cenarizadas, sua qualidade passa a ser proporcional a seu custo. A população continuou tendo acesso à cidade, no entanto desde que se tenha dinheiro para pagar. Em contraponto ao entretenimento do espaço público, solidifica-se a imagem do espaço privado publicizado: o parque privado; o Shopping

Center; o Clube Social; entre outros. Castelnou (2007) aponta para uma inversão entre tendências públicas e privadas. Para o autor, há uma privatização do espaço público e uma publicização do espaço privado. No quadro 9, apresentamos algumas características dos espaços públicos e publicizados na contemporaneidade.

Quadro 9: Características dos espaços públicos e publicizados na contemporaneidade.

ESPAÇO PÚBLICO PRIVATIZADO	ESPAÇO PRIVADO PUBLICIZADO
<ul style="list-style-type: none"> -Neutralização das tensões socioeconômicas; -Autossegregação espacial da elite; -Refúgio da vida cidadina (criação de bolhas); -Impulso antiurbano (cidades sitiadas); -Pseudo coletividade (viver isolado em conjunto); -Sobreposição do individual sobre o coletivo. 	<ul style="list-style-type: none"> -Idealização do mundo real (hiper-realidade); -Elitização do espaço (controle e segurança); -Negação da vida cidadina pública (criação de cenários); -Reprodução da cidade/natureza em escala; -Participação de experiências simultâneas; -Triunfo de objetivos particulares sobre públicos.

Fonte: Castelnou (2007), adaptado pelo autor.

Para Castelnou (2007) fica evidente a segregação socioespacial entre elite e classes sociais mais pobres, haja vista que as mesmas se isolam nos espaços públicos e/ou, ao mesmo tempo, frequentam os espaços privados de características públicas. Nas palavras de Bovo e Amorim (2013, p.181), o espaço público tradicional, já não cumpre mais sua função, “[...] nesse contexto, o cidadão, ou seja, aquele de menor poder aquisitivo. Sem poder usufruir desses espaços, vê-se acuado entre o local de trabalho e a moradia”

O capitalismo exerce importante função no declínio do espaço público contemporâneo. Para Harvey (2012, p. 81) “[...] num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana.” Consequentemente, “A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar” (HARVEY, 2013, p.01).

Dessa forma, a qualidade e quantidade de lazer é proporcional ao poderio financeiro do usuário. Na visão de Carlos (1994, p. 47), “a discussão do valor do espaço nos remete à ideia do espaço-mercadoria” enquanto para Acselrad (2013, p. 236): “[...] a cidade capitalista contemporânea tornou-se lugar de consumo e de consumo de lugar”. Assim, entende-se que o espaço público /publicizado contemporâneo é tão acessível quanto se pode pagar.

O espaço público-mercadoria é retratado por Acselrad (2013):

O espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade torna-se o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isto quer dizer e que

implicações isto tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

[...] Esse tipo de mercadoria é dotado, ademais, de uma condição absolutamente particular – a de um produto a cujo consumo todos os sujeitos estão, em princípio, submetidos compulsoriamente pelo modo como o espaço “público” é mercantilizado (ACSELRAD, 2013, p. 236).

De forma a sintetizar o espaço público contemporâneo, sua decadência, sua funcionalidade, sua relação com a sociedade entre outros temas já abordados nesse tópico, o quadro 10 ilustra conceitos já debatidos e outros a saber.

Quadro 10: Especificidades do Espaço Público Contemporâneo.

Visão Teórica	Especificidades do Espaço Público Contemporâneo
Borja (2000., id. 2003., id. 2006)	<ul style="list-style-type: none"> • As infraestruturas de comunicação não criam centralidades, nem lugares fortes, pelo contrário dividem o território e desagregam as relações sociais; • Existe medo no espaço público, pois o sentimento de liberdade que deve ser conferido pelo espaço público está, hoje, em causa; • A mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das distâncias superiorizam-se face ao simbolismo dos espaços públicos.
Hou (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço público oficial tem sido excludente. Ao invés do que é proclamado pelos governos ou entidades de gestão urbana, a realização efetiva do espaço público reflete uma realidade política contrária, em muitos casos, marcada por preconceitos sociais; • Em nível global, o espaço público transparece uma lógica de produção que revela que a forma segue o capital.
Innerarity (2006)	<ul style="list-style-type: none"> • É necessário revalorizar as diferenças de modo a respeitar uma lógica de verdadeira igualdade. Segundo o autor não se pode dissimular as diferenças reais se o objetivo é toma-las com base na igualdade; • Não é possível garantir as liberdades individuais sem o respeito pela pluralidade cultural.
Indovina (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • Os problemas atuais do espaço público contemporâneo advêm não da decadência de uma função de lugar, mas de uma carência organizativa e de objetivos; • Entende que uma organização que vença estas carências levará ao renascer da praça como um dos lugares da política; • O motivo da fuga das pessoas do espaço público é a sua degradação física. • Novos espaços de uso público (como os centros comerciais) ao reproduzirem funções urbanas respondem à degradação do Espaço Público; • A insegurança surge pela perda do papel de sociabilização da cidade e dos espaços públicos como lugares de encontro e ao aumento de comportamentos marginais; • Embora o autor alegue estes consideráveis aspetos negativos, constata que há um acréscimo relativamente ao passado quanto ao papel e à função do espaço público e de uso público. Referindo que <i>“este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.”</i>
Carmona (2010)	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica uma acentuada incapacidade de compreensão do espaço público e as suas múltiplas dimensões, nomeadamente no que respeita ao modo como o espaço público urbano é gerido. Fala de sobgestão e sobregestão referindo, respetivamente, falhas na gestão dos mesmos e uma noção de espaço público cada vez mais mercantilizado; • Quanto à sobgestão e sobregestão, referem-se a “dois lados da mesma moeda”, ou seja, são cada um a causa e a consequência do outro, o que conduz à homogeneização geral do ambiente público construído; • Os interesses capitais e comerciais evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada e potenciam o aparecimento de espaços de gestão privada, consequentemente mais excludentes.

Fonte: Barbosa (2014, p. 63-64), adaptado pelo autor.

O quadro 10 apresenta os temas já debatidos: insegurança; segregação social; perda simbólica e funcional; incidência do capital (privatização e apropriação); degradação física, entre outros. Importante acrescentar o ponto de vista de Indovina (2002), “carência organizativa e de objetivos”.

Destarte, Luna et al (2014) citam a carência organizacional como prejudicial aos espaços livres, muitas vezes criando espaços imprecisos. Nesse sentido, Alex (2008, p. 19) destaca que “[...] atualmente, o espaço público plurifuncional – praças, cafés, pontos de encontro – constitui uma opção em uma vasta rede de possibilidades de lugares, tornando - se difícil prever com exatidão seu uso urbano”, assim, surgindo espaços efêmeros, igualmente “[...] redesenham-se dentro da própria transformação da cidade”.

As características estruturais e funcionais acerca do espaço público contemporâneo abordadas nesse tópico, torna-se pretexto para o posicionamento teórico conceitual de alguns autores que defendem a “morte” do espaço público atual. O espaço público, visto como morto por alguns autores, visto como metamórfico (mudanças espaciais e funcionais) para outros, e ainda há os que defendem sua inflexão (retomada), já no início do século XXI.

Ainda mesmo que considerado “morto”, o espaço público contemporâneo impacta veemente na valoração territorial de seu entorno, principalmente nos grandes parques e praças. “na cidade contemporânea, o parque público é [...] destino final das políticas públicas, que[..] procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas”. (SERPA, 2011, p.21).

Considerado morto para alguns, ressignificado para outros, e há autores que já consideram a sua retomada. Para Calliari (2016) há uma inflexão no declínio do espaço público contemporâneo, o momento é de retomada e de transformações, dentre elas a revitalização da Praça Roosevelt, o fechamento do minhocão e da avenida paulistas em São Paulo, juntamente com a modificação cultural em busca por melhor qualidade de vida, como: caminhadas, pedaladas, manifestações e piquenique no parque. No mesmo sentido Gehl e Soholt (2002), cita a caminhabilidade como atividade influente no ressurgimento dos espaços públicos,

[...] The fact that people in all parts of the world respond eagerly and enthusiastically to these new opportunities for walking and participating in public life in public spaces, indicates that walking environments and other types of public spaces where people can meet are important [...] In a world being steadily privatized public spaces are gaining in importance²¹.(GEHL e SOHOLT, 2002, p.7).

²¹ [...] O fato de as pessoas em todas as partes do mundo responderem entusiasmadamente e com entusiasmo a essas novas oportunidades de caminhar e participar da vida pública em espaços públicos indica que os ambientes de caminhada e outros tipos de espaços públicos onde as pessoas podem se

Ainda que em um momento de retomada, de forma enfática e convicta, Serpa (2011) afirma que na contemporaneidade, o espaço público passa de simples espaço social e recreativo para protagonista na renovação urbana.

Para finalizar, é importante destacar a representatividade do espaço público à semelhança da cidade, caracterizando um espaço desigual, prevalecendo a desigualdade.

Dessa forma, idealizamos, mesmo que de forma utópica, termos um espaço ideal, o que não condiz com o momento atual. Ainda que apresentamos o espaço público decadente, muito provavelmente não o seja, apenas estamos na contramão do processo sociocultural atual. Assim sendo, o desenvolvimento do espaço público contemporâneo, não tem acompanhado com a mesma velocidade às rápidas e constantes transformações da cultura cosmopolita que vivenciamos.

Nesse contexto, é importante destacar a capacidade da sociedade se reinventar, muito se discutiu acerca da apropriação/privatização do espaço público, no entanto, no espaço público contemporâneo as apropriações formais e informais são conhecidas por Mendonça (2007, p.296), como: “[...] alternativas formuladas pela população para satisfação de necessidades e desejos.” É importante destacar que a apropriação do espaço público para as atividades lícitas trata-se de uma resposta a ambientes cujo programa de necessidades não foi idealizado conforme atividades culturais locais, sendo consideradas “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores” conforme pontuam Santos e Vogel (1985, p.89).

Após as discussões referentes ao espaço público, no capítulo seguinte, vamos tecer reflexões acerca da história e representatividade de Campo Mourão e seus espaços públicos centrais. Assim, entendendo seu processo de produção e transformação ao longo da história.

encontrar são importantes [...] Em um mundo que está sendo constantemente privatizado, os espaços públicos estão ganhando importância. (Tradução nossa).